

6.

Estudos de caso: resultados e discussão

Diante da pergunta deste projeto, “os modelos de projetos sociais utilizados por organizações internacionais em comunidades brasileiras são uma boa forma de criar a legitimidade necessária para trazer soluções que respeitem as visões de mundo e os anseios locais?” procuramos neste momento dissecar os achados em nossa pesquisa de campo.

Optamos pela metodologia de estudos de caso que nada mais é do que a proposição do conhecimento da realidade através do aprofundado de um ou mais casos que a compõem. Ela consiste, portanto, na análise sistemática e detalhada do(s) caso(s) escolhido(s) pelo pesquisador (CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO, 2014, s/p).

Escolhemos três projetos sociais que possuem em seu âmago a participação do “local” para servirem como base para nosso estudo. Um deles foi escolhido pela via das Organizações Internacionais, a Plataforma dos Centros Urbanos, do Unicef. O segundo pela via de parcerias bilaterais e ONGs internacionais, o Jovens Construtores, do YouthBuild International. E o último, de uma ONG brasileira que se expandiu internacionalmente, o Índice de Segurança da Criança, do Instituto Igarapé.

Através deles, pretendemos dar luz ao que já foi abordado anteriormente. Iniciamos com um modelo observacional sobre esses três estudos de caso (VICTORA et al, 2000), onde buscamos provar com dados empíricos todas as discussões teóricas vistas e defendidas até o momento. Entendemos, portanto, que os estudos de caso são uma metodologia relevante quando se quer comprovar argumentos teóricos. Sem a aplicação prática, a teoria não é fundamentada, já que ela por si só não demonstra a validade dos argumentos sustentados.

Neste estágio da pesquisa e através do modelo observacional (VICTORA et al, 2000), visamos fazer uma análise sobre a articulação entre o “local” e o “internacional”. Na atualidade, o “local” se encontra diversas vezes intensamente articulado com o “internacional”. Por conta disso, não deve ser entendido como um ator isolado, atrasado e a espera de ajuda. Ao contrário, deve ser visto como

parte da solução para qualquer tipo de ação direcionada a ele, seja de paz e conflito ou de desenvolvimento.

Em nosso entender o “local” deve ser enfatizado tanto no desenho quanto na execução de projetos que recaiam sobre si. Como Braga (2014) ressalta é essencial o compartilhamento de ideias, estratégias, visões e práticas (BRAGA, 2014, p.8) junto com a população em questão, pois são esses os atores responsáveis para que as ações durem. Portanto, sem que se sintam parte e tenham vontade de levar adiante, nenhuma atuação perdurará a longo prazo. São, muitas vezes, indivíduos resilientes, ou seja, capazes de se adaptarem aos problemas, e resistentes, com agência em sua forma crítica. E por conta disso, foi defendido o uso do hibridismo, ou, em outras palavras, o uso do “local” e do “internacional” simultaneamente, de trocas e de planejamento conjunto.

Porém, é importante não romantizar o “local” e não entender ele como puro. Há diversos casos onde o “local” apresenta dinâmicas de conflito e poder, relações que favorecem apenas alguns frente a outros – assim como o “internacional”. Afora isso, o “local” também pode ser partidário, discriminatório, excludente e violento. Ao mesmo tempo, em diversos casos, o “internacional” acredita ser superior e dotado de soluções para os problemas do “local”. No entanto, muitas dessas soluções são eurocêntricas, advindas do Norte Global e relacionadas com ideias neoliberais, ou seja, apresentam valores que nem sempre se adéquam às diversas realidades locais e que se apresentam universalizantes em inúmeros momentos. Por isso, uma alternativa é o uso do hibridismo, um processo mais fluído, de trocas e sobreposição de ideias.

Também como alternativas para essas ações, apresentamos duas ideias que Kapoor (2008) aborda: o Diagnóstico Rural Participativo ou a descentralização e ações conjuntas; e o *ownership*, que é a co-responsabilidade, que pretende se utilizar de um envolvimento de ambas as partes, tanto o “local” quanto o “internacional”. Também foi enfatizada a importância da *accountability* e da transparência, já que são esses dois fatores que ajudam a trazer mais credibilidade e confiança para os projetos.

Como exemplo prático da ação internacional em um dado “local”, optamos por nos utilizar de projetos realizados em favelas do Rio de Janeiro. É válido ressaltar que cada comunidade possui a sua própria especificidade e que não é possível homogeneizá-las como se todas fossem iguais. Cada uma

apresenta uma história distinta, características próprias e organização diferenciada. No entanto, para fins acadêmicos, apresentamos um panorama geral das favelas cariocas, demonstrando como que essas localidades sofrem até os dias de hoje com preconceito e estigma, algo presente, inclusive, na ajuda internacional. Por isso, mais uma vez ressaltamos a importância do uso dos articuladores locais. São esses que, melhor do que ninguém, conhecem as especificidades do lugar onde vivem e sabem quais são as prioridades que devam ser atingidas.

Para tanto, optamos pelo uso de três estudos de caso que elucidem a nossa questão. Pretendemos, com isso, colaborar com reflexões sobre a importância das Organizações Internacionais, das ONGs, das parcerias bilaterais e das próprias organizações locais na construção de soluções nascidas dentro das localidades em questão, saindo assim, de lógicas universalizantes e que não se utilizem do “local” como ator fundamental no processo de ajuda internacional para o desenvolvimento.

6.1

Primeiro estudo de caso: Plataforma dos Centros Urbanos

O primeiro estudo de caso observado (VICTORA et al, 2000) foi um projeto desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Centro de Promoção da Saúde (Cedaps)¹ e com o Instituto Paulo Montenegro². Intitulado Plataforma dos Centros Urbanos³, é uma iniciativa que procura, agora em sua segunda edição, um modelo de desenvolvimento inclusivo que reduza as desigualdades que afetam a vida de 8,3 milhões de crianças e adolescentes em oito capitais brasileiras (Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz e São Paulo), garantindo maior e melhor acesso à educação de qualidade, saúde, proteção e oportunidade de participação, e assegurando também a diminuição das diferenças existentes em uma mesma cidade (Unicef, s/d, p.1;7; Unicef, 2013b, p.1).

¹ Mais informações em: <http://www.cedaps.org.br>

² Mais informações em: <http://www.ipm.org.br>

³ Para saber mais sobre o projeto, acessar http://www.unicef.org/brazil/pt/where_13615.htm

A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) foi iniciada em 2008 e realizada no Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba durante a sua primeira edição (Unicef, s/d, p.5). Com diversos avanços e algumas lições aprendidas, o projeto passou para o seu segundo ciclo, de 2013 a 2016, se ampliando para as atuais oito capitais. A abordagem do projeto foi a Construção Compartilhada de Soluções Locais, que busca fortalecer a capacidade da sociedade civil, das comunidades populares e dos adolescentes, para que se organizem e elaborem a gestão de projetos sociais na busca pela redução das desigualdades intramunicipais. Também acredita que organizações sociais, empresas e mídia sejam importantes parceiros para a iniciativa (Unicef, 2013a, p.11). Além disso, pretende envolver a prefeitura e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) de cada um dos oito municípios (Unicef, 2013b, p.1).

A Construção Compartilhada de Soluções Locais é uma abordagem interessante como estudo de caso, pois busca fortalecer as habilidades da sociedade civil, ou seja, ela entende que o “local” deve ser sujeito de elaboração e execução dos seus próprios projetos e que isso é um elemento essencial para que a população se sinta parte do processo e não entenda que o projeto está sendo trazido como uma imposição. É uma técnica de planejamento participativo resultante do compartilhamento de ideias, estratégias, visões e práticas (BRAGA, 2014, p.8) junto com a população em questão. Essa construção em conjunto, que leva em consideração a população local para o desenvolvimento do projeto, pretende demonstrar maior preocupação com o “local”, com as suas características, história e anseios.

Pelo modelo observacional (VICTORA et al, 2000) pudemos identificar que o projeto está pautado em três diferentes eixos:

a) Monitoramento da redução das desigualdades de forma desagregada, ou seja, utilização de dados que demonstrem as diferenças existentes dentro de um mesmo município. São dados que representem menores unidades territoriais, e assim, chegando a mais detalhes, já que quanto mais próximo, mais particularidades aparecem;

b) Participação social, ou, em outras palavras, fazer com que diferentes atores da sociedade estejam presentes no processo de fortalecimento das políticas públicas, já que a participação dos que vivenciam esses locais é fundamental e

demonstra desenhos mais adequados para as realidades locais. Além de possuírem um olhar próprio, as comunidades podem ser agentes de transformação;

c) Participação cidadã dos adolescentes. Em outras palavras, a participação desses atores na formulação e implementação das políticas públicas e nas ações de mobilização social. São eles que podem agregar um olhar inovador e dar mais estímulo para a superação das desigualdades⁴. Participação é uma das formas mais essenciais de execução da democracia. Ao participar, o jovem se torna sujeito das suas ações, se envolve mais e tem possibilidade de realizar críticas, escolher e defender seus direitos, bem como seus deveres. Isso ainda ajuda na redução das vulnerabilidades sociais que afetam certas parcelas da população, como exclusão escolar, exploração e violência, gravidez precoce, uso de drogas de forma abusiva e a pobreza (Unicef, 2013a, p.6;23-6).

Com isso, obtivemos um projeto que busca essencialmente a participação do seu público alvo, os jovens. Acreditam que essa participação auxilie no desenvolvimento do objetivo da PCU, trazendo assim, soluções mais condizentes com a própria população em questão, visto que essa terá a capacidade de argumentar, trocar ideias e discutir o que lhes toca. Com isso, podemos dizer que há uma tentativa de uso da resiliência e da emancipação, ou seja, desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade local para que se adaptem a problemas de mais longo prazo, e para que criem uma forma de resistência e agência crítica, que sejam agentes no fortalecimento de políticas públicas e que atuem como atores de mobilização social.

Para reduzir essas desigualdades, os municípios precisam se comprometer em diminuir, ao menos, dez indicadores sociais de forma desagregada – já que médias globais podem ocultar enormes diferenças entre áreas de uma mesma cidade (Unicef, 2013a, p.12):

1. Taxa de mortalidade neonatal;

⁴ Essa participação de crianças e adolescentes é um direito garantido no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança e também nos artigos 15 e 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tratando do jovem diretamente, em 2013 foi aprovado o Estatuto da Juventude, que prevê a plena participação dos jovens nos espaços decisórios; a promoção e valorização da pluralidade da participação juvenil por meio de suas representações; a participação, ocupação e convívio juvenil com outras gerações; participação na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude. (Unicef, 2013a, p.25).

2. Percentual de nascidos vivos de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal;
3. Taxa de homicídios entre adolescentes de 10 e 19 anos;
4. Taxa de mortes por outras causas externas entre adolescentes de 10 a 19 anos;
5. Percentual de nascidos vivos filhos de mulheres de 10 a 19 anos (desagregados por faixa etária de 10 a 14 e 15 a 19 anos);
6. Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental municipal;
7. Percentual de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na educação infantil municipal;
8. Percentual de escolas da rede municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do Índice de Educação Básica (Ideb) (anos iniciais e anos finais);
9. Percentual de crianças atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada que estão na escola;
10. Percentual de escolas de educação básica que possuem quadra esportiva.

Além disso, cada município ainda tem a possibilidade de definir outros indicadores para análise da situação local. Para isso, precisam ter a capacidade de analisar esses dados de forma desagregada por áreas da cidade (Unicef, 2013a, p.15; Unicef, s/d, P.11-2; Unicef, 2013b, p.5).

A iniciativa começa com a construção de uma linha de base, passando pela mobilização comunitária e de redes de adolescentes e jovens. Em seguida, são realizados fóruns territoriais e, então, elaboração de diagnósticos participativos e desenvolvimento de planos de ação local. Esses planos de ação local pretendem ser uma via de fortalecimento e/ou implementação de políticas públicas, ao passo que também se focam na mobilização e participação social. Sendo assim, vale dizer que o Unicef espera se apoiar em diagnósticos participativos por meio do engajamento da própria população, seja para identificação quanto para avaliação de fatores que possam contribuir para mudanças (Unicef, 2013a, p.13-4;23).

Este projeto foi escolhido por envolver a elaboração e implementação de um plano de ação baseado na participação de diferentes setores da sociedade, entre eles, as comunidades populares e os adolescentes (Unicef, 2013, p.6). É,

ainda, uma criação brasileira a partir da adaptação de documentos internacionais da própria instituição, bem como dos Objetivos do Milênio, convenções internacionais, entre outros.

6.1.1

O Unicef

O Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) foi criado em 1946 com o objetivo de lidar com questões de pobreza, violência e doenças relativas às crianças. Surgiu logo após a II Guerra Mundial, quando a ONU pretendeu fornecer roupas, alimentos e saúde para as crianças que sofreram com o conflito. Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração dos Direitos da Criança, que concerne proteção, educação, assistência médica e alimentação. Já em 1961, o Unicef amplia a sua atuação para atender também as questões de desenvolvimento completo da criança, tendo a educação um lugar primordial (HERZ et al, 2015, p. 129-131).

A organização se propõe a enfrentar desafios vindos desde o nascimento até a educação e a saúde das crianças. A atuação se foca no que foi acordado pela Convenção de Direitos da Criança (CDC), estabelecida em 1989, e hoje se encontra presente em 191 países e territórios. Como definido pela Convenção, a instituição possui mandato para monitorar a situação da infância e adolescência, garantindo que estes tenham os seus direitos assegurados (Unicef, 2013b, p.1). A Convenção aborda não apenas a proteção, como também o direito à participação, ou seja, a inserção dos interesses das próprias crianças e adolescentes. Enfim, atualmente é possível definir quatro áreas principais de atuação: 1) Proteção e inclusão social; 2) Sobrevivência, assistência médica e campanhas de vacinação; 3) Educação; 4) Ação humanitária e situações de emergência (HERZ et al, 2015, p. 129-133).

No Brasil, a organização se encontra presente desde 1950. Busca apoiar estratégias para que o país obtenha a universalização dos direitos de meninos e meninas e para que haja redução nas desigualdades, principalmente das crianças e adolescentes que vivem em contextos de maior vulnerabilidade. Para isso, levam em consideração, sobretudo, questões de moradia, diferenças de gênero,

diversidade étnico-racial, crianças com deficiência, com HIV/Aids, vítimas de violência ou discriminação e vulnerabilidade em situações de emergência e desastres (Unicef, 2013a, p.9-10).

6.1.2

O uso dos interlocutores locais na PCU

Através de uma entrevista semiestruturada e posterior análise de conteúdo, como proposto por Bardin (1977, p.45-7), Milliken (1999, p.229) e Rocha e Camargo (2011, p.3-5), buscamos, de forma qualitativa, alcançar significados para os dados coletados. Procuramos, além de ouvir os discursos em si, encontrar significados por trás do que estava sendo falado e externalizado em palavras, já que como nos indica Orlandi (2007, p.21), os sentidos também são afetados pela história, não somente para informação transmitida. Por conta disso, foi importante também entender todo o contexto onde se inseria cada um dos projetos estudados.

Segundo a coordenadora nacional do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) para o projeto Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), Luciana Phebo, a participação social nas políticas públicas, especialmente de jovens e adolescentes, é estruturante para a organização (PHEBO, 2016, informação verbal). A participação dos que estão nesses locais diariamente é central por trazer soluções mais acertadas para as realidades que eles mesmos vivenciam. Além de apresentarem um olhar de quem tem relação direta com os problemas e as questões daquela localidade, as comunidades podem ser promotoras de modificações. Então, é possível dizer que a organização busca, através dessa participação, criar um ambiente onde a própria população seja agente da ação, não apenas receptora.

No entanto, o projeto não busca apenas isso. Também se preocupa com a participação dos diferentes representantes das cidades e dos territórios. Para isso, a organização busca realizar fóruns, abrindo assim, espaço para o diálogo entre os diferentes cidadãos, incluindo, principalmente, aqueles mais vulneráveis e aquelas que possuem os seus direitos violados (PHEBO, 2016, informação verbal).

Segundo Phebo, para que a redução das desigualdades seja alcançada de forma sustentável, é preciso que a participação aconteça. A coordenadora defende que, para se conseguir um diagnóstico próximo da realidade local, esse envolvimento se mostra essencial. Fora isso, essa ação traz a possibilidade de propostas mais amplas e soluções, vindas não apenas do governo, como também dos locais, e ainda faz com que as pessoas se sintam mais reconhecidas. Contudo, a participação também pode apresentar alguns obstáculos. Entre eles, Phebo destaca o medo que alguns indivíduos apresentam de perder poder, o medo do desconhecido e o receio de não estarem mais no controle. Também podemos citar a descrença de organizações comunitárias de base, já que essas, em diversos momentos, vivenciam ideias e propostas que posteriormente não são levadas adiante, deixando a comunidade esperançosa por um momento e desapontada em seguida (PHEBO, 2016, informação verbal).

Mesmo com essas dificuldades, a coordenadora acredita que a instituição desenvolve um importante trabalho, o de criar pontes de diálogo entre o governo e a sociedade civil. Com isso, defende a existência de mais chances para a criação de uma agenda comum entre os diferentes (PHEBO, 2016, informação verbal).

Na prática, contudo, nem sempre a participação acontece de maneira fácil. No caso da PCU, a ideia inicial do Unicef era utilizar os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) como protagonistas da articulação entre o governo e a população, ou seja, desejavam que os CMDCA fossem os responsáveis por criar os espaços de participação. No entanto, isso não ocorreu no Rio de Janeiro, o que demonstra que a falta de *ownership* pode ser muito influenciadora, já que em outras cidades onde foi aplicado o mesmo projeto isso funcionou de forma satisfatória. Por conta do fato do Conselho não ter abraçado a ideia, ele não levou a proposta adiante, o que fez com que o Unicef tivesse que mudar de estratégia no Rio de Janeiro, optando por atuar mais diretamente através de esferas governamentais (PHEBO, 2016, informação verbal).

O *ownership* busca que tanto o desenho quanto a implementação do projeto tenham atuação direta da população local, contando apenas com a assistência internacional. Esse conceito modifica a lógica padrão, visto que normalmente os atores internacionais pretendem planejar e executar os projetos,

tendo a população local apenas como receptora das ações. Inclusive, o conceito do *ownership* acredita também que a participação da população local seja mais acertada do que apenas a atuação internacional, pois permite que as ações sejam direcionadas para as prioridades locais, não partindo apenas de percepções de fora. Isso, como a própria Phebo menciona, já foi entendido pelo Unicef no Brasil. No entanto, não puderam colocar na prática da forma como desejavam no Rio de Janeiro.

Portanto, a via alternativa foi uma atuação mais direta do Unicef com entidades governamentais, voltando para a atuação padrão, ou seja, sem a participação direta da sociedade civil (através do CMDCA) como eles haviam planejado inicialmente. Tendo isso em vista, podemos afirmar que a própria coordenadora entende que esse é um ponto que precisará ser ajustado futuramente.

Mesmo assim, Phebo defende que a intersetorialidade seja mantida. O conceito de intersetorialidade diz respeito à “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (INOJOSA, 2001, p.105). Seria a complementaridade entre diferentes setores, como por exemplo, sociedade civil, educação, ambiente, trabalho, saúde, transporte, habitação, entre outros. Essa questão se torna extremamente relevante pois visa envolver tanto o Unicef quanto representantes governamentais e a sociedade civil em uma mesma mesa de discussão e debate, para que juntos pensem em planos de ação diferentes para cada território, alcançando assim, as especificidades de cada comunidade envolvida no projeto.

Um exemplo dessa ação foram as oficinas realizadas nos próprios territórios foco. Foram encontros que reuniram os gestores de diferentes instituições, para instigar que pensassem ações em conjunto. Mesmo assim, Phebo não deixa de reconhecer que, no caso do Rio de Janeiro, a participação da sociedade civil ficou de certa forma debilitada e que isso deve sofrer um ajuste como lições aprendidas para os próximos passos (PHEBO, 2016, em informação verbal).

É, por conseguinte, interessante perceber que o Unicef, mesmo sendo uma agência da Organização Internacional mais abrangente, a ONU, declara que a participação social é estruturante para si. Ao longo do trabalho, discutimos o

recente reconhecimento das Nações Unidas frente à importância da participação da sociedade civil, mas sabemos que, na prática, ainda encontra diversos obstáculos por não ser um Estado soberano, como o restante dos membros da organização. E como Rabinovitch (2015) declarou, a ONU apresenta dificuldades para atender o nível “local” visto que não passam de um clube de Estados soberanos (RABINOVITCH, 2015, informação verbal).

Nesse sentido, o Unicef no Brasil demonstra uma proposta atraente, onde busca realizar um projeto que traga a intersectorialidade, ou seja, a articulação e complementaridade entre diferentes setores, colocando em uma mesma mesa de discussão organizações internacionais, entidades do governo e a própria população de alguns locais das oito capitais envolvidas. Isso, no final das contas, não deixa de ser uma tentativa de uso do hibridismo, já que, ao mesmo tempo se utiliza do “internacional”, de entidades centrais nacionais e do “local”. É ainda um processo que, por conta dos seus diversos encontros, pretende trazer temas para negociação, sendo mais fluído e abrindo espaço para trocas.

No entanto, esse processo nem sempre é alcançado com facilidade. Como Phebo (2016) destaca, de um lado há o medo de perda do poder quando se abre o processo para a participação de diversos atores, de outro, a descrença das organizações de base comunitária, que muitas vezes já ouviram promessas que não foram cumpridas, o que faz com que essas sejam resistentes. Com isso, o Unicef no Rio de Janeiro pôde perceber na prática que a falta de *ownership*, ou seja, da capacidade e interesse das diferentes partes interessadas, e não apenas de um dos lados, pode ser um complicador. Ao não conseguir envolver o CMDCA como gostaria, teve que mudar de estratégia e encontrar uma alternativa para a ideia inicial, algo que não deixa de ser importante, já que é a capacidade de adaptação nas diferentes realidades (PHEBO, 2016, informação verbal).

Em uma segunda etapa deste primeiro estudo de caso, adotamos a metodologia de grupos focais (MERTON et al, 1990; COLUCCI, 2007). Essa metodologia pretende angariar dados através de interações e discussões entre os pesquisados durante a realização da atividade. Neste caso, o moderador atua como um estimulador do diálogo entre os participantes da pesquisa (MORGAN, 1977, p.8). Esta atividade buscou cobrir uma série de tópicos relativos ao tema do estudo e que tivessem alguma ligação com os participantes. Assim, os participantes puderam conversar entre si, emitir opiniões e percepções sobre o

projeto em questão. O que se pretendia, portanto, era entender se os jovens que atuam na PCU sentem que de fato essa iniciativa leva em consideram a opinião deles para as ações, e se isso, de certa forma, faz com que o projeto seja mais legítimo pela ótica dos moradores das comunidades alcançadas. Além disso, queríamos ouvir deles se percebem alguma mudança na PCU em comparação com outros projetos existentes nas comunidades onde vivem. E se essa modificação se relaciona, em certa medida, com a maior participação local. E ainda, o que essa participação pode trazer de positivo para os resultados do projeto.

O grupo focal para avaliar e discutir o projeto Plataforma dos Centros Urbanos reuniu seis voluntários e durou cerca de 65 minutos⁵. Entre os aspectos marcantes, resultantes das discussões, foi colocado que existem diversos espaços para participação. Os participantes disseram que o projeto proporciona bons momentos de discussão e diálogo. No entanto, o problema para eles está na prática. Declaram que mesmo com a existência de diversos debates e oportunidades de escuta, a realização de atuações se apresenta debilitada, já que falta execução do que foi debatido.

Segundo os jovens, o projeto:

está sendo bastante forte porque está me dando muita bagagem. Está me dando conhecimento, faz eu ter contato com muitos fóruns, participações no meio social e político também. Deixou a gente mais perceptivo para os problemas de onde a gente mora.

fazer um espaço, um horário que seja pra todo mundo, um espaço que seja no centro, que seja o mais confortável possível, acessível pra todo mundo, que tenha uma alimentação, lanche. Eles se preocupam com essas questões. (...) A gente é muito bem tratado, eu acho.

No entanto, de acordo com esses interlocutores, o projeto se apresenta débil no que diz respeito ao envolvimento da comunidade. Ele é de enorme importância para as conversas, para o falar e para o conhecimento, mas não chega a movimentar ações práticas. Um deles diz:

⁵ O grupo focal foi realizado no dia 19 de fevereiro de 2016 com jovens participantes do projeto. Todos tinham entre 18 e 24 anos e eram moradores de diferentes áreas da cidade: Bangu, Escondidinho, Fallet, Manguinhos, Tijuca e Vila Kennedy.

“O que estão fazendo agora não é ruim, é bom, mas pode melhorar muito. Falta ação, falta colocar a mão na massa. A gente tem a receita aí, estamos fazendo a receita o ano todo, mas o bolo nunca vai sair”.

Outro também afirma: “o que eu vejo é só a discussão, não vejo o que acontece depois” e mais um acrescenta: “mas depois a gente nem sabe o que acontece. A gente discute, discute, mas e aí? Você sabe pra onde *foi (sic)* suas palavras?”. Na composição dos grupos focais foi importante levar em consideração as propostas de Silva & Assis (2010, p. 147) e Farnsworth & Boon, 2010, p.609). Neste grupo, os participantes vinham de uma realidade semelhante entre si, trazendo com isso uma homogeneidade como valores, condutas, o que facilitou o diálogo e a troca de experiência.

É dizer que o Unicef já apresenta uma modificação na lógica padrão da ação internacional. Se mostram preocupados com a participação dos locais, buscam criar espaços de escuta para que estes sejam ouvidos. No entanto, ainda não conseguiram executar na prática as ações discutidas nos momentos de diálogo. Então, podemos afirmar que há uma tentativa de mudança, mas que ainda existem lições aprendidas que precisam sofrer melhorias para ações futuras.

E mesmo quando o projeto se propõe a ouvir os jovens, na verdade ele já apresenta temas específicos que gostaria de debater. De acordo com um dos participantes, “eles marcam uma reunião com um assunto que a pauta é deles e a gente vai lá e discute”. Não é dizer que temas pré-escolhidos sejam ruins, é apenas afirmar que talvez esse debate nem sempre leve em consideração a prioridade de cada área, já que quem define o que será discutido é o próprio Unicef.

E como os próprios participantes do grupo focal declaram,

(um dos pontos positivos da participação das comunidades na elaboração e desenvolvimento do projeto é que) eu vou saber a carência da comunidade porque eu vivo na comunidade. Quando vem alguém de fora é diferente. Eu estou ali dentro, eu sei o que está acontecendo. Por mais que eu saiba que o transporte é ruim, eu sei que tem coisa pior que tem que ser melhorada antes.

Unicef vai lá tentar ajudar, mas se ela não tem respaldo da comunidade, ela vai estar sempre precisando tentar resolver aquele problema. (...) (É preciso ter) alguém da comunidade pra poder falar e atingir o problema onde ele deve ser atingido.

E por isso que um projeto que leve as opiniões locais pode ser interessante, porque, como os próprios adolescentes defendem, atuando em parceria com a população local ele “vai saber a especificidade de cada lugar, não vai ter uma visão de fora olhando todo mundo.” E isso também “facilita na hora de achar as soluções”.

Assim sendo, outra dificuldade detectada foi o próprio envolvimento da sociedade civil, ou seja, do nível local. Apesar de existirem momentos de diálogo e trocas entre as diferentes partes, há um entrave para a ação. Espaços de discussão são encontrados, mas falta a consumação do que foi debatido. Como Phebo (2016) reconhece, esse é um ponto que precisa ser aperfeiçoado para os próximos ciclos do projeto (PHEBO, 2016, informação verbal).

Junto com isso, uma outra questão que poderia ser analisada é a definição da agenda. Como já abordado, um espaço que se pretende participativo pode também esbarrar em um outro entrave, as relações de poder. Já que é o facilitador quem escolhe os convidados, a possível agenda de discussões e ainda há a mediação de quem vai falar, algumas vozes e ideias podem desaparecer nesse caminho. Sendo assim, o Unicef também poderia rever essa definição de temas dos encontros que promove com os jovens. De acordo com os participantes, os assuntos já vêm pré-estabelecidos pela organização. Isso não é de todo ruim, mas seria importante também haver um momento em que os próprios jovens pudessem colocar questões na pauta.

Podemos lembrar que o projeto é amplo, que busca atingir não apenas o território da cidade do Rio de Janeiro, como também outras sete capitais brasileiras. Por conta disso, algumas dificuldades e limitações podem ser “achar um ponto em comum, um ponto geral” – nas palavras dos próprios jovens. Em função disso, dessa grande amplitude que o projeto busca alcançar, os jovens também sentem falta de uma troca maior entre as ações que acontecem nos diferentes locais. Disseram que se “aquele lugar resolveu o problema, e eu tenho o mesmo, então já sei o que fazer”. Em outras palavras, é dizer que sentem deficiência numa possível troca de “boas práticas” entre os próprios envolvidos no projeto. Eles acreditam que a instituição poderia proporcionar mais oportunidades de diálogo sobre as experiências, para criar potenciais adaptações de problemas semelhantes encontrados nas diversas comunidades.

Por fim, além da troca, defendem que o Unicef deveria apoiar mais as atividades que tentam realizar, já que isso traria maior respaldo, visto que o nome da instituição é bastante influente. Eles levantam essa possibilidade para ações pontuais, surgidas nas próprias comunidades e desenvolvidas internamente. Sentem defasagem de um nome de peso por trás das ações que gostariam de executar e acreditam que o nome da organização traria maior credibilidade para possíveis projetos nascidos localmente.

Sendo assim, podemos dizer que, apesar do Unicef reconhecer certa debilidade nos momentos de escuta dos locais, eles defendem que a participação seja central para as ações da organização. Acreditam que para alcançarem um diagnóstico próximo da realidade local, o envolvimento é essencial. E apesar de afirmarem que essa troca nem sempre ocorre da forma como eles idealizaram, para os jovens ela parece satisfatória. O que falta é dar prosseguimento prático após a escuta.

E se por um lado os jovens reclamam da falta de ações por parte do Unicef, por outro sentem que precisam da organização para respaldá-los e para trazer maior credibilidade em possíveis atuações. Como consequência, podemos dizer que isso gera uma via de mão dupla ainda imperfeita e com diversas arestas a serem acertadas, mas de dependência mútua e possibilidades de ações em conjunto. Enquanto a organização passa a reconhecer que os moradores e cidadãos dessas áreas são os que podem trazer soluções e propostas mais apropriadas para as realidades locais, os participantes do projeto sentem a necessidade de um apoio da organização para conseguirem maior força.

Em resumo, é possível ver um avanço de discurso quanto à participação dos atores locais e do uso da intersectorialidade, bem como do hibridismo por parte da organização no Brasil, mas ainda falta alcançarem ações práticas mais amplas que executem as discussões proporcionadas no âmbito do projeto. No entanto, é válido dizer que o próprio “local” também entende que o apoio da instituição é relevante, já que o peso desta renomada organização traz um respaldo grande. Então, não é se deparar com os obstáculos encontrados no meio do caminho e achar que a ideia não está caminhando bem, mas ao contrário, é perceber os pontos frágeis, entender como lições aprendidas e melhorar cada vez mais, dando sempre prosseguimento a essas trocas entre os diferentes atores.

6.2

Segundo estudo de caso: YouthBuild/Jovens Construtores

O YouthBuild é um programa que busca desencadear a energia positiva de jovens de baixa renda, para que esses reconstruam as suas comunidades e as suas próprias vidas, quebrando um ciclo de pobreza e os comprometendo com trabalho, educação, família e comunidade. É um programa onde aprendem habilidades para construção ou reforma de casas de baixo custo, tanto em suas comunidades como em outros bairros. Pretendem ainda deixar um ativo como escolas, praças e centros comunitários. Para os jovens que não possuem emprego e/ou abandonaram a escola, é uma oportunidade de retomar a educação, obter novas ou melhorar as habilidades que já possuem, e ainda se tornarem líderes nos locais onde vivem (YOUTHBUILD, 2015, s/p). O programa se propõe, assim, a ajudar a construir um movimento em direção a uma sociedade mais justa onde o respeito, o amor, a responsabilidade e a cooperação sejam valores unificadores e dominantes (BELL, 2013, p.21).

Portanto, o programa não pretende apenas apoiar os jovens a desenvolverem habilidades técnicas, mas também habilidades mais *soft*, ou seja, habilidades transversais, como a liderança. E essa liderança se relaciona com o fato de abraçar responsabilidades para tomada de decisões que sejam positivas tanto para si, como para sua família, comunidade e até mesmo para o seu país. Isso traz impacto e contribui para uma auto-suficiência maior. Ao mesmo tempo, os jovens podem reconstruir suas próprias vidas e a forma como eles mesmos se enxergam. Além disso, o programa também busca resultados nas próprias famílias, já que quando o jovem muda, ele impacta também em quem está ao seu redor (BENNETT, 2015, informação verbal).

Nas aulas e oficinas, além do treinamento técnico para o mercado de trabalho, aulas de português (no caso do Brasil) e matemática, os jovens possuem ainda acompanhamento individual, já que vivenciam realidades complicadas, e isso serve como suporte para enfrentarem obstáculos. Além disso, por utilizar a tecnologia social de *formação-ação*⁶, também há serviços comunitários, para que

⁶ Formação-ação é uma metodologia participativa. Nela, o jovem aprende ao vivenciar na prática as experiências de aprendizagem. E por aprenderem enquanto desenvolvem atividades de “mão na massa”, acabam deixando um bem físico para a comunidade.

a própria comunidade comece a enxergar o jovem como líder em potencial (BENNETT, 2015, informação verbal).

Importante para nós é o fato de que o programa se centra na tentativa de assegurar não apenas a voz dos jovens junto ao conselho e à equipe, como também ter uma orientação que vá de acordo com os próprios participantes. Muitos deles não observam suas ideias ouvidas, tanto por serem “novos”, como por serem julgados como pobres. No entanto, o YouthBuild acredita que todos possuam ideais que possam ser apresentadas, respeitadas e implementadas. Por isso, este projeto almeja inserir os jovens em processos de decisão - incluindo desde a contratação de novos profissionais até a opinião em questões de orçamento. Vale dizer, no entanto, que se faz necessário não apenas ouvir, como também implementar de fato as ideias que os participantes trazem (BELL, 2013, p.47;52; YOUTHBUILD, 2008, p.6;18).

E isso foi essencial para a nossa escolha. Um projeto que se utiliza de uma abordagem norteamericana, mas que pretenda, em sua definição, absorver a opinião e voz dos locais para adaptações, parece um bom caso para entendermos em que medida o hibridismo consegue ser visto na prática.

6.2.1

O YouthBuild International

Inicialmente, o projeto foi desenvolvido nos Estados Unidos pelo YouthBuild USA, uma organização sem fins lucrativos que surgiu em 1990 (YOUTHBUILD, 2008, p.i). Depois, levado para outros países através do YouthBuild International, uma outra organização nascida a partir da americana, com o objetivo de expansão para outros países fora dos Estados Unidos. Na realidade, o projeto teve a sua primeira versão em Harlem, Nova York, em 1978, com adolescentes que gostariam de melhorar a comunidade onde viviam. Desde o início, os jovens já tomavam decisões junto aos adultos. Era a busca pelo desenvolvimento de liderança nos participantes, e ao mesmo tempo em que reconstruíam suas próprias comunidades e vidas, geravam também diversas perspectivas de futuro (BELL, 2013, p.4). E até hoje é um programa com grande ênfase no desenvolvimento de liderança, serviço comunitário e criação de uma

comunidade de jovens comprometidos com o próprio sucesso e o do grupo (HAHN et al., 2004, p.1).

Atualmente, nos Estados Unidos, o YouthBuild USA se encontra presente em 47 dos 50 estados americanos, com 260 programas administrados por organizações não lucrativas locais, faculdades comunitárias e agências públicas. Até 2013, o programa tinha atendido um total de 130 mil jovens e construído 22 mil unidades habitacionais de baixo custo (BELL, 2013, p.5). Vale esclarecer que o maior financiador do programa é o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (*US Department of Labor*). E ainda, podemos citar o governo americano presente também através da *United States Agency for International Development* (Usaid) e do Departamento de Estado (YOUTHBUILD, 2015, s/p).

Através do YouthBuild International, a linha internacional da ONG, a ideia foi expandir o programa para outros países. Para isso, contam com o apoio de ONGs, agências governamentais, instituições de desenvolvimento internacional e companhias globais para replicação. Em cada um deles, o programa sofreu adaptações para que se adequasse à realidades locais, seja em áreas urbanas ou rurais. Desde 1999, as ideias e práticas do YouthBuild se fizeram presentes em 32 diferentes localidades, e se encontram hoje em outros 21 países fora os Estados Unidos. A visão do YouthBuild International é criar uma vida viável e sustentável para todos os jovens através de treinamento, educação, emprego e auto-emprego. E em comum, alguns pontos nos diferentes países são (YOUTHBUILD, 2015, s/p):

- Jovens participantes normalmente entre 15 e 25 anos, desconectados da educação formal ou de oportunidades seguras de emprego;
- Moradores de comunidades que precisam de reformas, seja em escolas, casas, centros de saúde ou praças;
- Moradores de comunidades que vivenciam o conflito e a violência diariamente;
- Programas que buscam a mobilização dos jovens em papéis de liderança;
- Programas que contam com parcerias de ONGs, setores governamentais, setor privado e parceiros financiadores (YOUTHBUILD, 2015, s/p).

Sendo assim, podemos dizer que em cada um dos países onde o YouthBuild atua, o programa busca sempre criar parcerias com ONGs locais, líderes

comunitários, setor público e privado para que façam as adaptações necessárias, procurando assim, possibilitar o fato do programa fazer sentido e ter relação com os locais, como por exemplo por questões de valores como de culturas. Em outras palavras, pretendem alcançar um processo colaborativo para melhorar o desenho do programa nas diferentes localidades. E ainda, para ajudar as comunidades locais a construírem as suas próprias capacidades. (BENNETT, 2015, informação verbal).

6.2.2

O projeto Jovens Construtores no Brasil

Denominado no Brasil de Jovens Construtores, é um projeto que foi desenvolvido pelo YouthBuild International em parceria primeiramente com o Galpão Aplauso⁷ e desde 2010 com o Centro de Promoção da Saúde (Cedaps). No caso da parceria com o Cedaps, o projeto teve três edições piloto aplicadas nas comunidades 29 de março, Complexo do Alemão e Morro dos Prazeres. E apesar de até então ter sido executado apenas na cidade do Rio de Janeiro, a ideia do YouthBuild International é ter o Cedaps como parceiro nacional para todo o Brasil daqui para frente. Portanto, após essas primeiras três edições pilotos e mais as que estão ocorrendo entre 2016 e 2017 nas comunidades do Borel, Cidade de Deus e Mangueira, a ideia é ampliar o programa também para outros estados brasileiros.

Na nossa realidade, o projeto foi desenhado para ter, em média, quatro ou cinco meses de aulas teóricas e práticas regulares (todos os dias da semana) e mais seis meses de acompanhamento, voltados para a inserção do jovem no mercado de trabalho e/ou volta aos estudos, sendo escola, formação técnica ou universitária. Fora isso, após a aprendizagem prática, realizando reformas nas comunidades onde vivem, os jovens também têm a oportunidade de fazerem pequenas reformas em suas próprias casas.

O intuito é de se consolidar como uma ferramenta social, visando a formação de jovens. Em seu âmago, a proposta do programa busca mudanças pessoais, familiares e comunitárias, executada por meio de parcerias

⁷ Mais informações disponíveis em: <https://www.youthbuild.org/brazil>. Acesso em: 16 mai. 2016

governamentais, não governamentais, corporativas e comunitárias. O programa procura ainda desenvolver competências e empreendedorismo, além de dar oportunidade de emprego e renda para jovens moradores de comunidades. E mais do que isso, observa a liderança através da construção de um ativo comunitário, reformas na casa de cada um dos participantes e também proporciona serviços de apoio e monitoramento para os jovens. Com isso, é possível afirmar que pretende abarcar tanto dimensões individuais como coletivas do desenvolvimento dos jovens. E por possuir adaptações ao contexto local tanto por parte da ONG nacional, o Cedaps, como também por organizações de base comunitária, considerando as especificidades socioculturais e a dinâmica de cada território, é um estudo de caso que ilustra essas parcerias descritas entre o “internacional” e a construção “local”.

Em resumo, apresenta como objetivos específicos:

- O fortalecimento de comunidades populares ao engajar os jovens, as organizações de base comunitária (OBC) e os familiares. A liderança vem a partir de atividades de desenvolvimento que melhorem a infraestrutura comunitária;
- O aumento da empregabilidade e promoção da segurança cidadã através da conexão de jovens que não estejam inseridos no mercado de trabalho e nem na escola, oferecendo uma capacitação diferenciada e diversificada, que contemple formação educacional/profissional e desenvolvimento comunitário;
- Mobilização da visão e da energia dos jovens para guiar e implementar projetos de desenvolvimento comunitário sustentáveis e inovadores.

6.2.3

Cedaps, o parceiro nacional

O Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) é uma organização não governamental que surgiu em 1993. Atua em diferentes estados brasileiros através de cooperação técnica com organizações populares para o desenvolvimento social e cidadania. A missão da organização é desenvolver a

capacidade de comunidades populares para buscarem soluções para os seus problemas e contribuir com a melhora dos serviços públicos oferecidos nessas localidades, de forma a promover saúde pela via do desenvolvimento e da qualidade de vida (EDMUNDO, 2014, p.7)

A ONG pretende atuar através da participação social e do desenvolvimento de comunidades populares, buscando cooperar com o estabelecimento de uma sociedade mais equitativa. Acredita que as comunidades devam ser geradoras de mudanças sociais e que o conhecimento e a atuação devem ser desenhados de maneira conjunta com atores sociais, gerando assim maior autonomia e sustentabilidade para as ações. O Cedaps acredita que as ações devam ser desenhadas em rede, possibilitando a troca de experiências, atividades em conjunto e ampliando, assim, o poder de barganha na busca de melhores recursos e políticas públicas. Também pesquisa modelos e maneiras de ação que contribuam para um enriquecimento dos serviços, buscando sempre a participação qualificada da comunidade, trazendo isso para o controle social e para a gestão participativa e democrática nas políticas públicas (EDMUNDO, 2014, p.7).

Para suas ações, o Cedaps se utiliza da abordagem intitulada Construção Compartilhada de Soluções Locais. Essa abordagem é uma técnica de planejamento participativo que envolve a problematização, identificação de recursos disponíveis, planejamento, sistematização e avaliação de projetos e planos de ações locais, tudo formulado com atores que vivenciam os problemas diretamente. Para o planejamento e desenvolvimento de ações, pretendem, portanto, levar em conta a autoria do próprio participante. Na prática, busca capacitar moradores, representantes comunitários e profissionais para que estes analisem problemas, formulem e avaliem projetos sociais nas comunidades, instituições e organizações, criando soluções baseadas em recursos disponíveis e de acordo com a realidade local. Sendo assim, a população não é considerada “alvo” da ação social, mas sim “participante”, autora e/ou coautora (EDMUNDO, 2014, p.8).

6.2.4

O uso dos interlocutores locais no YouthBuild

O YouthBuild International é um programa que pretende ser implementado apenas onde os próprios locais tenham interesse e acreditem ser relevante para a necessidade dos jovens. Sendo assim, identificamos aqui a busca pelo uso do hibridismo, ou seja, uma via média entre o “local” e o “internacional”. Não aceita universalizações e uma abordagem igual para todos os lugares onde o projeto é implementado. Ao mesmo tempo, também não entende o “local” como puro e romantizado.

Com isso, é possível afirmar que qualquer adaptação tenha que fazer sentido tanto para o YouthBuild quanto para os parceiros locais. Em prosseguimento ao nosso modelo metodológico, iniciamos com uma entrevista semiestruturada com Laurie Bennett, diretora de operações de campo internacionais, sobre os projetos do YouthBuild. Dessa entrevista, aplicamos a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p.45-7), Milliken (1999, p.229) e Rocha e Camargo (2011, p.3-5). Diante da transcrição desta entrevista, buscamos, de forma qualitativa, alcançar significados para os dados coletados. Como resultado, foi possível identificar que um dos aspectos essenciais para o YouthBuild, é um alinhamento de valores, dentre eles, as questões de respeito, engajamento e liderança. Para a entidade há alguns componentes que eles não abrem mão e fazem questão que estejam presentes em todas as localidades, mas outros são mais flexíveis e, por isso, devem ser ajustados por cada modelo do programa, para que assim esteja de acordo com as necessidades dos jovens fora da escola e/ou sem trabalho, bem como jovens marginalizados daquele local (BENNETT, 2015, informação verbal).

Para tanto, mais uma vez aproximamos esse projeto do uso do hibridismo. Ele busca a interação entre os atores e demanda processos de negociação e trocas. Ao mesmo tempo em que o projeto só é desenvolvido em localidades onde este faça sentido para a comunidade, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades e prioridades locais, há pontos que o YouthBuild International faz questão que estejam presentes. Pretende observar a agência do nível local, mas contando com o suporte internacional. E por permitir adaptações condizentes com cada realidade, mantém a coexistência.

Ainda segundo Bennett (2015), todos os projetos do YouthBuild possuem essa abordagem com relação à participação local, isso quer dizer que não é possível ter um programa da entidade sem a participação da comunidade. Eles se preocupam com o engajamento dos locais para ajudar na melhora das próprias comunidades e, por isso, a participação precisa ocorrer em diversos níveis. E mais, defendem que os jovens devem estar no centro dessa liderança. Por isso, quem leva o programa precisa sempre ouvi-los. No entanto, essa participação não busca apenas fortalecer e desenvolver os jovens, ela pretende, principalmente, encorajá-los a serem líderes no desenvolvimento de suas próprias comunidades. Aí que entra o serviço comunitário e a construção ou renovação de ativos comunitários (BENNETT, 2015, informação verbal).

O programa busca não envolver somente os jovens, mas também as próprias comunidades. Segundo Bennett (2015), isso transforma não apenas a forma como os jovens passam a enxergar sua comunidade, como a maneira pela qual a própria comunidade percebe os jovens. Com isso, esperam que os mais velhos comecem a entender os mais novos como uma possível mudança positiva para o coletivo (BENNETT, 2015, informação verbal).

Para que isso ocorra, o YouthBuild International busca organizações parceiras que tenham bom relacionamento com comunidades locais. No Brasil, por exemplo, afirmam que o Cedaps foi escolhido como executor nacional por utilizar a Construção Compartilhada de Soluções Locais, que encoraja as comunidades a construírem suas próprias soluções para os desafios ou problemas diários (BENNETT, 2015, informação verbal). Então, novamente podemos apontar para uma tentativa de respeito à resiliência e à emancipação. Resiliência por serem adeptos das soluções locais para as dificuldades diárias e emancipação pela tentativa de instigação da agência crítica dos moradores desses territórios.

E apesar do projeto em si possuir uma abordagem já estabelecida nos Estados Unidos, apresentando pontos que devem ser acolhidos e executados, não podendo ser modificados nas diferentes localidades, outros são abertos para alterações. Um exemplo de adaptação que podemos citar é que, nos Estados Unidos, o programa é estruturado de forma que serve como substituto à escola, já no Brasil ele não apresenta essa estrutura.

Na realidade brasileira, dentre alguns pontos de construção em conjunto, podemos dizer que o Cedaps buscou:

1. Realizar uma parceria com uma instituição local, das próprias comunidades;
2. Se mostrar aberto para que a própria comunidade fizesse adaptações, visto que cada território possui a sua própria característica;
3. Ouvir dos jovens, já no primeiro encontro, como eles gostariam que fosse o uniforme do curso, para que este tivesse mais o perfil dos envolvidos. Inclusive, um dos uniformes foi confeccionado com o desenho de um dos participantes;
4. Criar as regras de convivência junto com os participantes;
5. Dar a oportunidade para os participantes mapearem a comunidade através de fotos, desenho de mapas e montagem de maquetes, para entenderem como o território é estruturado e onde se encontram as maiores necessidades da comunidade;
6. Posteriormente, em um seminário coletivo, aberto também para a comunidade, os jovens puderam pensar nos pontos prioritários que necessitavam de alguma reforma – a partir dos pontos já mapeados por eles próprios;
7. Cada um dos participantes teve a possibilidade de realizar um plano individual de reforma na própria casa – de acordo com a verba fornecida pelo projeto e também levando em consideração as maiores necessidades em cada moradia;

Posteriormente, adotamos a metodologia de grupo focal para avaliar o impacto do projeto junto aos jovens (MERTON et al, 1990; COLUCCI, 2007;). A atividade realizada na tentativa de aprofundamento das questões propostas pelo facilitador ocorreu com os oito jovens⁸. Procuramos novamente convidar participantes que possuíam, como recomendam Silva & Assis (2010) e Farnsworth & Boon (2010), homogeneidade em suas vidas cotidianas, com perfis sócio-demográfico semelhantes. Em nossa visão, isso os ajudou a relembrem alguns dos momentos em que participaram nas decisões sobre o desenvolvimento do projeto:

⁸ O Grupo Focal dos Jovens Construtores foi realizado no dia 17 de fevereiro de 2016 com participantes do projeto no Morro dos Prazeres. Nessa edição, os jovens tinham entre 17 e 24 anos.

Pensamos no uniforme, falamos dos horários, dos meses de duração, da bolsa. (...) Falamos também sobre as pracinhas, aí que entrou as pracinhas que íamos reformar. Falamos em grupo quais praças seriam reformadas. (...) E no dia que fomos ao Cedaps. (...) No caso foi mais individual, mais para pensar o que faríamos em cada casa, quem ia ajudar, os dias...

Teve (sic) outros, era muito aberto. (...) Foi quando foi fazer as regras de convivência. Achei legal porque todo mundo teve que chegar em um consenso do que seria melhor pra todo mundo.

Primeiro de tudo foi quando a gente começou a fazer as maquetes para descobrir como é que é a nossa área. E das fotos, nós mesmos pudemos procurar os problemas que afligiam. Não foi o projeto que entrou e escolheu, deu pra gente a oportunidade de ir atrás e selecionar os melhores pontos.

Com essa participação, o YouthBuild e o Cedaps esperam desenvolver maior confiança, auto-estima e trabalho em grupo nas comunidades. E a própria Cris dos Prazeres, liderança local, acredita que essa participação traz

sucesso da ação, acho que uma vez que a comunidade participa, não recebe pacote pronto, mas constrói a ação, é a garantia do sucesso para os dois lados. Tanto para o território da comunidade como para a instituição parceira que vem para ajudar a desenvolver a ação (Zoraide Gomes, 2016, informação verbal).

Nesse sentido, mais uma vez podemos retomar o fato do “local” ser essencial para a sustentabilidade desses projetos de desenvolvimento. São eles que trazem um conhecimento maior de particularidades e de variedades que ultrapassam as ideias e lógicas universais (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.770), transformando o projeto para que seja mais adequado e endereçado de acordo com as necessidades daquele espaço.

Fora isso, ainda entendem que os jovens conseguem um crescimento pessoal maior, amadurecendo, bem como outros os aspectos já supracitados, como as habilidades técnicas que permitem a entrada no mercado de trabalho ou a vontade para retomar os estudos (BENNETT, 2015, informação verbal). Pelas palavras dos próprios jovens, “(o projeto) teve impacto pela própria beleza. As pessoas não imaginavam que os jovens ainda querem alguma coisa, e principalmente dentro da sua comunidade.”

E quanto a possibilidade de participação, os jovens disseram que:

A diferença é que as pessoas normalmente chegam já com um projeto, com o que vão fazer, com o que vão visitar, de que forma, sem perguntar. E se

perguntam, perguntam para os mais altos da pirâmide. Não vêm perguntar para as pessoas que passam ali todo dia. Esse projeto não. Foram perguntar logo para o jardim do amanhã, que são os jovens.

É interessante porque o jovem vai dando as ideias e vão se envolvendo cada vez mais no projeto.

É interessante porque você descobre que está realmente fazendo parte de algo, não apenas fazendo marketing, que é algo que acontece muito. Chamam os jovens, as pessoas só para fazer parte de algo, não para ouvir.

Então, pela fala dos próprios participantes durante a realização do grupo focal, foi possível observar que o projeto tratou de defender o uso do “local” como provedor de respostas significantes, mais condizentes com a sua própria realidade e anseios. Não buscando portanto, impor um projeto universalizante vindo de fora, que pudesse entender o “local” como não-moderno e não capacitado para apresentar respostas que possam ser benéficas para o seu próprio desenvolvimento.

Já a liderança relembra a importância do *ownership*, mesmo que com outras palavras:

(Um projeto que leve em consideração as opiniões e anseios locais pode ser interessante) pra garantir que ele dure, que ele de fato fique na memória das pessoas, que ele seja lembrado como algo importante, que ele seja valorizado como algo que foi de impacto para essa comunidade. Uma vez que a construção é compartilhada entre todos, ela passa a fazer parte do todo.

Afirmando isso, ela coloca em palavras o preceito de que quando a participação dos locais é utilizada em projetos, a legitimidade aumenta. Atuando assim, o processo não é entendido como imposto, mas ao contrário, a população passa a se enxergar como parte daquela ação, sendo ponto central também como provedora de respostas, soluções e execução. Isso cria ações mais apropriadas, mais relevantes culturalmente e mais sustentáveis a longo prazo, fora o fato de buscarem a resistência e resiliência desses que ali convivem.

No entanto, uma delicadeza que precisamos ter em mente são as agências coletivas frente às individuais. Quando o projeto propõe ouvir os jovens participantes como um todo e não cada um deles separadamente, algumas vozes particulares podem estar sendo silenciadas. Essa não é uma especificidade apenas

do YouthBuild, mas é uma questão que precisa ser levada em consideração em grande parte dos projetos sociais que pretendem ouvir a população local.

Outro ponto é que os jovens assumem que o projeto envolveu mais os participantes em si, não chegando a compartilhar todos os momentos de decisão com a comunidade no geral. Tanto que a liderança do Grupo Proa, organização de base ligada ao projeto no Morro dos Prazeres, reconhece que, apesar de ter havido essa conexão com o grupo local do território, de ter tido a possibilidade de adaptações e inclusive a abertura para ouvir a ideia dos próprios jovens, a escala de participação da comunidade como um todo foi ainda bastante limitada. Diz que:

“teve uma conexão com o grupo local, que conecta com o grande grupo (a comunidade como um todo) e vai construindo ao longo do desenvolvimento do projeto. Mas também já veio muita coisa pré-organizada e pronta pra ser daquela maneira. Acho que poderia ter mais espaço para a própria comunidade”

Então, mesmo que haja uma busca pela participação, essa ainda precisa ser aprimorada. Para que a comunidade como um todo enxergue o projeto como seu e não apenas os jovens envolvidos tenham essa sensação, seria interessante criar novos espaços de diálogo, abertos para o restante dos moradores, mesmo que não ligados ao projeto diretamente.

E ainda, levando em consideração o fato de certos pontos já virem pré-estabelecidos, é preciso ser um pouco reticente quanto a isso. Daqui, podemos retirar algumas indagações. Esses pontos pré-estabelecidos podem, talvez, estar relacionados com o que o próprio YouthBuild International não abre mão, como Laurie Bennett já havia afirmado em sua entrevista. Então, se for esse o caso em questão, o que poderia ser feito é um diálogo mais transparente antes mesmo do projeto ser iniciado, explicando para a organização de base comunitária e até mesmo a população quais são os pontos que já viriam prontos e que não poderiam ser modificados. Com isso, a comunidade teria conhecimento dessas questões e saberia dizer se são ou não adequadas para a sua realidade. Caso sejam, o projeto terá relevância para aquela localidade. Do contrário, pode ser o caso do projeto não ser apropriado para aquele espaço, por possuir preceitos que não estão de acordo com a realidade local, não sendo interessante, portanto, a aplicação naquela dada localidade. Esse exercício envolveria mais uma vez o

hibridismo, ou seja, uso tanto das ideias vindas de fora como a resistência dos processos *bottom-up* locais.

E mesmo se não for o caso desses aspectos pré-estabelecidos serem o que o YouthBuild faz questão que esteja presente, o diálogo aberto e a transparência continuam sendo enfoques essenciais. Antes da implementação do projeto, no momento em que a comunidade é convidada para elaboração da iniciativa no local, vale uma conversa sobre essas questões que já chegam estabelecidas. Nessa ocasião, é interessante que a organização de base comunitária ou outras pessoas locais que estejam envolvidas tenham a possibilidade de colocarem as suas opiniões, demonstrando resistência e agência “local”.

Apesar disso, da falta de envolvimento da comunidade como um todo ao longo do processo, o restante dos moradores observa o jovem de uma forma diferente, já que as atividades ocorrem em comunidades onde os adolescentes e suas famílias vivem. Esses participantes passam a perceber que as ações individuais podem melhorar o mundo a sua volta e, com isso, tanto a família como outros moradores começam a perceber que os mais novos também conseguem tomar responsabilidade para si, desenvolvendo não apenas a sua própria vida, como também a sua comunidade. Um dos participantes do projeto realizado na comunidade do Complexo do Alemão ressalta como que essa ação da reforma fez com que ele comesse a ganhar o respeito não só dos seus filhos e dos seus irmãos, como também dos seus próprios pais: “Assim que entrei no projeto, minha mãe começou a me respeitar mais e a acreditar que eu estava prosperando” (EDMUNDO et al, 2014, p.23-4).

No entanto, os participantes do grupo focal não levantaram a questão da participação como algo novo e diferente para eles. Quando indagados sobre as diferenças entre o projeto Jovens Construtores e outras iniciativas já desenvolvidas em seu território (o Morro dos Prazeres), tratam de diversos pontos, mas não da possibilidade da participação. Isso mostra que, à primeira vista, não percebem a atuação como estrutural do projeto. Mas quando perguntamos sobre os espaços de participação e construção compartilhada, eles observam os momentos proporcionados pelo projeto e abordam a importância dessa possibilidade.

Na mesma direção, quando indagada sobre outros projetos participativos em sua comunidade, Cris, liderança da comunidade do Morro dos Prazeres,

também uma de nossas entrevistadas, (Cris dos Prazeres, 2016, informação verbal) enumera mais de cinco deles, o que demonstra que essa ideia não é de todo uma novidade para a comunidade. Ainda ressalta que a participação:

é uma característica dos Prazeres, de acolher a primeira chamada, o primeiro convite, tentar conhecer qual é a proposta e discutir que proposta é essa, e também fazer as adaptações no território é fundamental pra gente nos Prazeres. Principalmente porque aí sim você pode garantir sucesso dessa ação. Uma ação pra ter sucesso no território seja qual for o projeto, precisa ter sinergia com o território, estar bem acolhido, precisa ser muito bem compreendida. Uma vez que se compreende qual é, seja com o jovem, seja com o adulto nos âmbito dos projetos, eu acho que uma vez que ela é construída com a comunidade, ela tem um indicador de sucesso bem legal.

Em certas localidades, o programa apresenta também um conselho liderado pelos participantes do projeto, onde eles elegem os seus representantes, que trabalham diretamente com o restante do *staff*. Em alguns casos, o jovens chegam a se envolver até mesmo com a contratação de novo pessoal responsável pelo programa. Dão opiniões sobre o desenvolvimento do projeto e formas que poderiam ser utilizadas para melhorar o mesmo, ou seja, tratam de políticas e iniciativas que acreditam que devam ser adotadas, assim como direções que gostariam que o projeto tomasse (BELL, 2013, p.53). E mesmo quando não há esse conselho formal, os funcionários do YouthBuild ou das organizações parceiras devem sempre estar perto o suficiente dos adolescentes para entenderem as suas necessidades e vontades relativas ao projeto. Não é algo fácil, como reconhece Bennett (2015). É um desafio, mas que deve ser encarado para desenvolvimento dos jovens (BENNETT, 2015, informação verbal). No Brasil, no entanto, esse conselho de jovens ainda não foi implementado, assim como a participação dos jovens na contratação de profissionais. O primeiro, entretanto, é plano futuro que já está sendo desenvolvido para as próximas edições, para assim intensificar ainda mais a sua participação.

Um dos aspectos mais complicados, segundo Bennett (2015), é criar uma cultura positiva do programa. É importante entender que esses participantes possuem um passado complicado e que precisaram passar por diversos desafios ao longo de suas vidas. Mas se recebem esses jovens no programa, é preciso aceitá-los como são. Por isso que é muito importante a criação de uma cultura

que cultive o respeito com cada um dos participantes, bem como conseguir que os jovens respeitem todo o *staff* (BENNETT, 2015, informação verbal).

Assim, é enxergar que os jovens moradores das favelas – em nosso caso – não são bárbaros, não-modernos e não-civilizados. São moradores de um local que apresenta, diversas vezes, inúmeras dificuldades, mas não são isolados e nem atrasados. Podem ter soluções, ideias e críticas muito construtivas para o seu próprio desenvolvimento e o da sua comunidade. Não precisando, portanto, serem destruídos ou civilizados, como já havia apontado Walker (2006a, p.76-7).

Os inscritos entendem que a participação da comunidade em um projeto proposto por organizações vindas de fora podem encontrar certas dificuldades por conta da necessidade de conciliação e pelos possíveis desentendimentos no desenvolver do projeto. Ressaltam que “Por mais que seja algo coletivo, estão ali entrando em consenso (...), a pessoa não está concordando. Então eu acho que acaba entrando em conflito”. E ainda afirmam: “Acho que a questão é conciliar, acho que são muitas dificuldades, muitos pontos em diversos lugares”. E a Cris, liderança do Morro dos Prazeres, em entrevista complementa que as dificuldades envolvem “os choques de ideias, os interesses (...). Porque o fato de você não ser profissional daquela área, muitas vezes o cara não respeita a sua opinião local como conhecedor daquilo”.

Os próprios moradores reconhecem que em alguns momentos, os que propõem a ação apresentam ideias divergentes das locais. E um dos fatores centrais que pode acarretar nessa questão é a falta de confiança na sabedoria “local”. Ainda veem o “local” como atrasado, receptor da ajuda, sem agência e sem capacidade para enfrentar os seus próprios problemas. Não percebem que estes são os que vivenciam aquelas dificuldades diariamente, procurando formas diversas para sobreviverem apesar das enormes adversidades, que são extremamente resilientes, ou seja, capazes de se adaptarem aos problemas e que podem ter respostas maravilhosas para os seus obstáculos, necessitando apenas de apoio e recursos para levarem isso adiante.

Também é preciso, segundo Bennett (2015), ser respeitoso com os doadores e com os objetivos acordados com estes. É preciso ouvi-los e, por isso, se faz necessário levar em consideração os compromissos acordados com os patrocinadores. Ao mesmo tempo, é evidente que se trabalhe de forma cautelosa com os parceiros no campo. Então, uma das dificuldades é traduzir a realidade

encontrada no campo para os doadores. Alguns entendem melhor o que acontece na prática, mas outros podem querer financiar um projeto sem conhecimento prévio daquele local. Sendo assim, devem ser muito sinceros com os doadores sobre a realidade e o contexto onde o programa se encontra (BENNETT, 2015, informação verbal).

Em outras palavras, é demonstrar a importância da transparência e da *accountability*. A transparência ou disseminação de informações torna tanto as organizações mais acreditadas para o público alvo, quanto deixa claro para os financiadores os limites e possibilidades de cada localidade, e ainda, quais são as características e as prioridades locais (CHAYES & CHAYES, 1995, p.22; MCRAE & HUBERT, 2001, p.255). A *accountability*, por sua vez, é importante também para legitimar as organizações, fazendo com que a ação destas não pareça com uma forma de dominação. Neste aspecto, há tanto a *accountability* interno, com o público alvo, quanto o externo, a explicação para terceiros sobre as suas ações (BARNETT & FINNEMORE, 2004, p.170-1). Mas como a própria Bennett reconhece, nem sempre é tarefa fácil traduzir a realidade local em números condizentes com as expectativas dos financiadores. Muitas vezes, as formas de avaliação utilizadas por patrocinadores do Norte Global não combinam com a realidade local, o que dificulta essa prestação de contas e creditação para continuidade de financiamento (MAC GINTY, 2011a, p.4).

O YouthBuild se expandiu, até hoje, muito por conta dos recursos financeiros advindos do governo norteamericano. No entanto, o próprio vice-presidente do YouthBuild USA, John Bell (2013), reconhece que isso pode gerar alguns constrangimentos, visto que o programa precisa obter uma performance que atenda aos objetivos do governo. Fora isso, outros financiadores do projeto, mesmo que com boas intenções, também podem divergir do foco principal: o desenvolvimento de lideranças. Por conta disso, Bell (2013) atenta para a necessidade de manter atenção constante para ênfase desse propósito (p.14-5).

E a própria liderança comunitária entrevistada reconhece a importância do patrocinador. Sabe que o projeto depende dele e por isso é preciso ser cauteloso (Cris dos Prazeres, 2016, informação verbal).

(...) a validação do critério seriedade, honestidade, transparência. Isso tudo quando a gente valida aqui, a gente sabe que também está validando para o

patrocinador, também para as instituições parceiras. (...) Muitas vezes, o Cedaps se coloca como um guarda-chuva quando é beneficiado por algum projeto. Ele se coloca antes diante do parceiro que, muitas vezes, acaba vindo para o território. Esse cuidado com a imagem do Cedaps em parceria com o território é importante. O tempo todo, temos visitas que, no futuro, podem ser um patrocinador importante, ou o patrocinador daquela ação que está sendo realizada, como foi nos Jovens Construtores. Ter o YouthBuild aqui foi pra gente muito importante. E sei que uma vez que a gente está alinhado nas falas, nas ideias, na construção do que é essa perspectiva da ação do projeto, essa sinergia é uma coisa que a gente preza muito.

Mas ainda assim, reconhece falhas nesse processo. Entende que nem sempre o que foi discutido, inicialmente, e que deveria ser executado por exigências do patrocinar é realizado na prática pela organização intermediária.

No momento que desdobra no corpo de profissionais, que não é esse corpo executivo, precisa melhorar muito, porque parece muitas vezes que a fala fica desconectada, que as ideias se desconectam em algum momento. Aí precisa voltar pra esse corpo executivo para ser compreendido (...) Sei que muitas vezes acontece muitas mudanças, aí quando você constrói lá a primeira perspectiva, muitas vezes no segundo, terceiro mês essa perspectiva já mudou um pouco. Não sei se melhora, se muda por questões financeiras...”

Esse é um claro exemplo de incômodo da parte local no que diz respeito à *accountability* e transparência. Há um reconhecimento que pode haver necessidade de mudanças ao longo do processo, mas não se sente a par de todas elas quando acontecem. Sabe que isso é normal, ainda mais se tratando de um projeto que conta com diversos parceiros, inclusive internacionais, mas entende que quanto mais informações possuir a respeito de modificações, mais confiável será o projeto, não deixando cair no descaso e na descrença. Em suas palavras, “esse compartilhar precisa ser muito genuíno, muito transparente”.

Por isso, uma importante questão relacionada é a tradução dos limites do projeto para os participantes. Um desses limites se refere ao orçamento, por exemplo. Os jovens, durante a realização do grupo focal (MERTON et al, 1990; COLUCCI, 2007) alegaram que gostariam de ter reformado a quadra da comunidade, mas que entenderam que naquele momento não era possível por conta tanto da duração do projeto como do capital disponível para as reformas. Na fala de um deles:

Uma coisa diferente que a gente pensou que poderia ter feito é que a gente queria pintar a quadra, pintar algo de esporte. A gente queria pintar de novo, a gente queria fazer uma pequena reforma na quadra. Mas além de não ter tempo, não batia o orçamento.

E ainda, a liderança (Cris dos Prazeres, 2016, em informação verbal) levanta outra queixa, a possibilidade dos patrocinadores imporem suas vontades sem construírem em conjunto com a população que ali vive. Cris dos Prazeres diz, no entanto, que isso não se refere ao Jovens Construtores diretamente, que na verdade é um desconforto geral por conta de outros projetos.

Muitas vezes o patrocinador vem e diz: “eu quero isso”. Mas será que isso é o suficiente aqui? Será que isso é o que eu quero aqui? Será que isso é o que o morador vai entender como importante e vai valorizar como ação de impacto pra ele, para o território onde ele mora? Isso talvez aqui não seja nada. O cara vai fazer e vai embora, só para justificar o gasto. E daqui a um ou dois meses ele volta e fala: “Pô cara, se eu soubesse nem tinha feito. A galera, as pessoas na favela nem valorizam”. Mas cara, o valor naquele momento era dele, não era da favela, ele estava pensando nele, ele estava alimentando o desejo dele e do patrocinador que ele arrumou não sei onde. Ele não estava construindo algo e pensando no futuro, ele estava pensando no agora. Agora eu preciso gastar esse dinheiro e fazer isso porque é assim que tem que ser feito, porque o fulaninho lá em não sei onde quer que seja assim. Ta bom, vai e faz. Mas um mês depois vai falar: “Ai que sacanagem! (...)” Sacanagem você está fazendo com você mesmo, você não está fazendo com a comunidade.

Daí que vem a grande necessidade de um *accountability* transparente e sincero, tanto com os doadores quanto com os cidadãos que estão no campo. Se um projeto assina um acordo com os doadores, é essencial que os indivíduos no campo entendam qual foi esse acordo e tenham conhecimento de todas as informações do projeto, entre elas, o que o projeto pretende fazer, quais são as condicionalidades e os objetivos que precisam ser alcançados, como será desenvolvido e quais serão os serviços prestados. E ainda, se algo tiver que ser modificado no meio do caminho, que também seja explicado com bastante sinceridade para todos os envolvidos, sejam eles os participantes, sejam os apoiadores e patrocinadores. Em resumo, a transparência e o diálogo são fundamentais para o sucesso na relação entre os diferentes envolvidos.

Isso demonstra como as ideias pensadas no escritório central, nos Estados Unidos, podem ser mescladas tanto com as necessidades da ONG intermediária, o Cedaps, como com os locais, seja em Campo Grande, Complexo do Alemão ou

Morro dos Prazeres, como foi implementado até agora na cidade do Rio de Janeiro. E ainda, para tudo isso ser executado, é preciso entender os objetivos dos doadores que financiam a iniciativa. Portanto, há uma troca complexa entre todos os níveis, que precisa ser bastante clara e sincera com os envolvidos, algo que até o momento se mostrou bastante frutífero, trazendo diversos resultados positivos, mas não sendo isento de observações. Tanto que, de acordo com a liderança local nos Prazeres, mudanças e adaptações no decorrer do projeto podem ser necessárias e isso faz parte. Mas para que ocorra de maneira fluida, é preciso haver sempre um compartilhamento de forma aberta.

Soma-se a isso, que o envolvimento e a participação da comunidade, através do programa Jovens Construtores – pelo Cedaps no Brasil - opta por diversas estratégias, entre elas a parceria com uma organização de base comunitária, a abertura para que essa instituição realize adaptações de acordo com o seu território, a criação de regras de convivência em conjunto com os jovens, o planejamento dos ativos comunitários em um seminário coletivo, o planejamento individual para as reformas na residência de cada um, entre outros. Tudo isso tem como meta final a incorporação de valores como pertencimento entre os envolvidos e, que dessa forma, entendam o projeto como deles também, não apenas de uma organização exterior. Sendo assim, podemos dizer que o *ownership* e o envolvimento dos dois lados foi o cerne desse projeto. Tanto que residentes da própria comunidade reconhecem que, para um projeto ser duradouro, os moradores precisam entendê-lo como parte daquele local, como algo que foi construído em conjunto, não como uma questão trazida de fora e imposta.

No entanto, um ponto a mais para reflexões é o envolvimento da comunidade como um todo, não apenas dos participantes do projeto. Já que o Jovens Construtores pretende realizar reformas que ficarão como um legado para a localidade no geral, por que não envolver o restante dos moradores junto com os jovens do programa? É válido lembrar a importância de entender a comunidade como ponto chave para a execução do projeto, ou seja, é interessante levar em consideração as opiniões e perceber que o projeto também pertence a eles, e não que é algo trazido de fora de forma autoritária e que não valoriza os anseios da comunidade. Essa mudança de lógica pode parecer pequena, mas pode fazer toda diferença na prática.

E ainda é importante reafirmar que, uma prática realizada em outros territórios e que pode ser interessante, o Conselho de Jovens, um canal institucionalizado onde os próprios participantes poderiam demonstrar suas vontades, satisfações e até mesmo insatisfações, pode ser um instrumento que contribua de forma mais direta para as adaptações do programa de acordo com as suas prioridades e necessidades.

Por isso, mais uma vez ressaltamos a defesa do diálogo, da troca, da transparência e da construção compartilhada, algo que os Jovens Construtores se propõe desde o início. Para que um projeto seja sentido como de todos e, mantenha assim, mais chances de durabilidade e de resultados positivos, os diversos atores precisam estar envolvidos desde o planejamento, passando pela execução e chegando até a fase final de avaliação. Precisam, para isso, se sentir escutados e atendidos na medida do possível ao longo de todo o processo.

6.3

Terceiro estudo de caso: Índice de Segurança da Criança

Índice de Segurança da Criança é o terceiro estudo de caso. O projeto é desenvolvido pelo Instituto Igarapé em parceria com diferentes instituições. Em Recife, a parceria foi realizada com a ONG Shine-a-Light⁹ e a Universidade Federal de Pernambuco. Em São Paulo, com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento (Nepsid)¹⁰ e com a escola CEU Parque Anhanguera. Já no Rio de Janeiro, o questionário foi aplicado no âmbito do Instituto Bola pra Frente¹¹. Além disso, atualmente está em uma fase que conta com a parceria da Visão Mundial¹² para a aplicação em outras 12 cidades. Na realização dessa iniciativa, o Instituto Igarapé conta com financiamento da Bernard Van Leer Foundation¹³ e do Google. A escolha deste projeto se deu por ser desenvolvido por uma organização não governamental nascida

⁹ Para entender melhor: <http://www.shinealight.org>. Acesso em: 23 mar 2016.

¹⁰ Mais informações disponíveis em: <http://www.nepsid.com.br/#!nepsid/cjg9>. Acesso em: 23 mar 2016.

¹¹ Para mais informações, acessar: <http://www.bolaprafrente.org.br/manutencao/index.html>. Acesso em: 23 mar 2016.

¹² Para melhor entendimento, acessar: <https://visaomundial.org.br/nossa-organizacao>. Acesso em: 03 abr 2016.

¹³ Para mais informação, acessar: <https://bernardvanleer.org>. Acesso em: 23 mar 2016.

primeiramente no âmbito nacional e só posteriormente ter sido expandida para outros países. Assim, buscamos uma lógica um pouco diferente das anteriores, já que há uma inversão nessa expansão, sendo, a princípio, uma ONG nacional brasileira e só posteriormente encontrada em outros países. Além disso, outro fato que nos chamou atenção foi o de estar atuando nas favelas em busca da participação e voz de crianças moradoras dessas localidades.

6.3.1

O Instituto Igarapé

O Instituto Igarapé é um *think tank*¹⁴ que também deseja atuar. Se dedica a temas de segurança, justiça e desenvolvimento. Pretende propor soluções inovadoras para desafios complexos através de pesquisas, uso de tecnologia, influência na política pública e articulação. Atualmente, se concentra em cinco grandes temas: 1) Política sobre drogas; 2) Segurança cidadã; 3) Construção da paz; 4) Desenvolvimento sustentável; 5) Segurança cibernética (Instituto Igarapé, 2015).

Se dizem:

uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Fundamentalmente, o Instituto Igarapé está conectado a um amplo ecossistema de organizações e agências do Brasil e do mundo todo. (...) A missão do Instituto Igarapé é servir como um canal que facilite a integração das agendas de Segurança e Desenvolvimento e, ao mesmo tempo, atuar como uma ponte de diálogo entre os tomadores de decisão e os movimentos sociais, e entre as esferas global e local (Instituto Igarapé, 2015).

A sede da organização fica no Rio de Janeiro, mas possui representação em outras cidades mundo afora como Bogotá e Cidade do México, além de parceiros em mais de 20 países. Entre eles, África do Sul, Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Índia, Quênia, México, Noruega, Suíça, Reino Unido e Venezuela. E ainda, o Instituto possui apoio dos governos do Canadá, Reino Unido e Noruega, Fundação Open

¹⁴ Instituições que produzem e disseminam conhecimento.

Society, Fundação Bernard Van Leer, International Development Research Centre (IDRC), Nações Unidas e doadores privados (Instituto Igarapé, 2015).

6.3.2

O Projeto Índice de Segurança da Criança (ISC)

Batizado de Índice de Segurança da Criança (ISC) é, na verdade, um aplicativo de fácil uso que dá “voz” às crianças, mapeando as suas percepções sobre a violência em seu dia a dia. O aplicativo rastreia as experiências de crianças e jovens em espaços onde a violência está mais presente. Ele permite o relato de tendências relacionadas com a violência doméstica, na escola e até mesmo dentro da comunidade, e capta indicadores relacionados com questões psicológicas, emocionais e físicas da insegurança das crianças.

É uma ferramenta de diagnóstico simples que mapeia tanto visualmente quanto graficamente como as crianças demonstram as suas experiências relacionadas à violência nos locais onde vivem, ou seja, em comunidades mais vulneráveis. Em outras palavras, é diagnosticar como as crianças e adolescentes em situações vulneráveis percebem a insegurança (GIANNINI, 2015, p.5). As perguntas são agrupadas de acordo com temas, entre eles, comunidade, casa, escola, espaços seguros, pessoas seguras, percepção sobre violência, mobilidade, habilidade, bem-estar e resiliência. Além disso, os dados também são desagregados de acordo com fatores demográficos (GIANNINI, 2015, p.5). Procuram gerar informações sobre a experiência de crianças entre 8 e 12 anos e adolescentes entre 13 e 17 anos em situações de fragilidades. E sendo um índice composto, capta níveis de insegurança tanto reais como percebidos (Instituto Igarapé, [20--?], p.2)

Com o Índice, o Instituto Igarapé busca gerar informações sobre a vulnerabilidade das crianças para criar possíveis intervenções, avaliar projetos que procuram impactar na vida de meninas e meninos e produzir materiais de *advocacy* sobre os riscos e necessidades dos jovens, influenciando até mesmo na criação de políticas públicas (GIANINNI, 2016, informação verbal). Futuramente, almejam desenvolver um aplicativo com notícias sobre a questão. Isso permitiria o recebimento de notificações e informações sobre violência por

diferentes pessoas, bem como serviria como meio de denúncias anônimas (Instituto Igarapé, 2014, p.2-3).

A percepção dos indivíduos pode servir como fonte para monitoramento de conflitos e instabilidades, visto que dialogam com as mudanças de crenças, conhecimentos e atitudes (WORLD BANK *apud* Instituto Igarapé, [20--?], p.6). E mais, realizam pesquisas de percepção com crianças e atuam com o objetivo de ajudá-las a expressar suas opiniões e dividirem as suas experiências, tentando fazer com que passem a ter maior participação (Instituto Igarapé, [20--?], p.6).

Portanto, o projeto foi escolhido por buscar mapear a percepção de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, pretendendo dar voz aos participantes. Somente após essa pesquisa que serão pensadas ações e possibilidades de intervenções. Sendo assim, foi selecionado por almejar, primeiramente, ouvir os atores em questão, para somente em um segundo momento desenhar ações que sejam relevantes para as localidades em questão. Não possuem apenas planos práticos, como objetivam também se utilizar dessas ferramentas para produzir *advocacy* e discussões no âmbito do desenho de políticas pública futuramente.

6.3.3

O Bola Pra Frente, parceiro local no Rio de Janeiro

O Instituto Bola Pra Frente foi inaugurado em 2000 e é uma iniciativa do ex-jogador de futebol e vencedor da Copa do Mundo de 1994, Jorge de Amorim Campos, o Jorginho. Atende crianças de 6 a 17 anos, todas oriundas de escolas públicas e no período do contraturno escolar. Sua missão é:

educar crianças, adolescentes, jovens e suas famílias para o protagonismo social, utilizando o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social (Instituto Bola Pra Frente, 2016).

O instituto busca utilizar a linguagem do futebol para transformar vidas, ou seja, pretende motivar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social para sonharem com um futuro diferente. Sendo assim, procuram usar o esporte como uma ferramenta para o desenvolvimento de comunidades

vulneráveis ao redor de onde estão situados: Guadalupe, Deodoro e Marechal Hermes, todos na Zona Norte do Rio de Janeiro. Eles vêm investindo em pesquisas e desenvolvimento de ferramentas que se apropriem do futebol como forma de transformação social. Para isso, fora o esporte, também utilizam ferramentas da educação, da arte e da cultura e da qualificação profissional (Instituto Bola Pra Frente, 2016).

Desenvolveram uma metodologia de intervenção social que emprega o esporte como forma de educação, que possibilita a promoção de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares. Essa atuação se tornou uma tecnologia social, ampliando o conceito de “craque”, “artilheiro” e “campeão” para desenvolvimento de cidadania e habilidades não apenas relacionada ao esporte, mas também em outros ambientes onde as crianças circulam: família, escola, comunidade e o mundo do trabalho (Instituto Bola Pra Frente, 2016).

6.3.4

O uso dos interlocutores locais no projeto Índice de Segurança da Criança

Através de nosso modelo metodológico de realizar entrevistas semiestruturadas com “atores chave” em cada um dos projetos, para compreender as características desta iniciativa, tivemos a oportunidade de conversar com Renata Gianinni, profissional dedicada à iniciativa desde seus primórdios; com a atual coordenadora do projeto, Natalie Hanna, sendo atualmente responsável pela sua expansão, além de Regina Sarmento, representante do projeto Bola Pra Frente. Novamente, adotamos a metodologia proposta por Bardin (1977, p.45-7), Milliken (1999, p.229) e Rocha e Camargo (2011, p.3-5), pela qual fizemos uma análise qualitativa da produção textual de cada uma das entrevistadas.

O projeto Índice de Segurança da Criança (ISC) começou a ser idealizado em 2011 e 2012. Inicialmente, foram desenvolvidas 30 perguntas, que antes de finalizadas, foram testadas através de um estudo qualitativo em algumas favelas do Rio de Janeiro, entre elas Cidade de Deus e Maré. A ideia é trazer dados subjetivos, relacionados com a percepção das crianças e adolescentes. São

perguntas básicas que pretendem trazer a observação deles em diferentes ambientes, seja escola, espaços públicos, casa e até mesmo com os familiares, amigos e outros que os cercam, como policiais e traficantes (GIANINNI, 2016, informação verbal).

Já com o instrumento delineado, iniciaram os testes pilotos. E após isso, fizeram algumas adaptações antes do questionário ser concluído. Nesse primeiro momento, formaram parcerias com atores locais, para adequar a iniciativa de acordo com o contexto de cada um. Então, em cada uma das cidades onde foi aplicado há um objetivo diferente. Enquanto no Recife, servirá como linha de base para um outro projeto, o Favela News e, em São Paulo, ajudará no projeto pedagógico de uma escola; no Rio de Janeiro pretende aperfeiçoar tanto um outro projeto que se preocupa com as redes de proteção de crianças e adolescentes como até mesmo para a reforma física que o espaço da instituição sofrerá em breve. E embora os dados ainda não possam ser generalizados, é provável que futuramente haja a possibilidade de utilizá-los como pressão nas agendas de políticas públicas. Algo novo para a instituição e extremamente positivo, já que o exercício será feito a partir dos dados, sugerindo assim, a importância de uma ação realizada com embasamento e não apenas na discussão por si só.

No Recife, a parceria foi realizada com uma ONG chamada Shine-a-light, que possui um projeto interessado em colocar os moradores da própria comunidade produzindo notícias sobre o local, o Favela News. Eles entendem que, normalmente, a visão sobre as favelas na mídia é negativa, por isso a importância de ter moradores se transformando em atores de sua própria notícia, mostrando uma outra visão. Nesse caso, o ISC veio com o objetivo de criar uma linha de base, de entender qual a percepção que as crianças e adolescentes tinham a respeito da segurança no entorno. Assim, posteriormente poderão analisar se o projeto trouxe alguma mudança de percepção (GIANINNI, 2016, informação verbal).

Outra cidade com implementação piloto foi São Paulo. Por lá, a aplicação do questionário do Índice de Segurança da Criança se deu em uma escola. E o interessante é que, a partir dos resultados encontrados, a escola pretende adaptar o seu projeto pedagógico para melhorar a percepção dos alunos nas questões de violência. Neste caso, um dos temas mais relevantes que surgiu foi a questão do gênero. Tendo isso em vista, a escola está pensando em como abordar o tema de

violência contra mulher (GIANINNI, 2016, informação verbal). Sendo assim, esse exemplo está diretamente relacionado com o uso do “local”, das suas percepções, anseios e críticas para posterior delineamento de ações práticas.

Já no Rio de Janeiro, a parceria foi firmada com o Instituto Bola Frente. A ONG possui um projeto chamado Clube de Proteção à Infância e Juventude, e foi onde o ISC se inseriu, para identificar as potencialidades para essa iniciativa. Esse projeto tem como objetivo a tentativa de melhoria nas redes de proteção das crianças e adolescentes do bairro. E é nesse sentido que o ISC se integra. O programa se insere para entender a percepção das crianças e adolescentes que participam do Instituto Bola Pra Frente com relação ao seu entorno. Novamente, aqui vemos uma tentativa de busca pela percepção do “local”, dos envolvidos diretamente com o Bola Pra Frente para posterior execução de ações pautadas nos resultados encontrados na pesquisa.

No âmbito desse caso, entrevistamos Regina Sarmiento¹⁵, representante do Bola Pra Frente. Através de uma entrevista semiestruturada audiogravada, pudemos realizar posterior transcrição e análise de conteúdo como proposto por Bardin (1977). Buscamos não apenas o que Sarmiento havia expressado em palavras, mas também significados por trás do que havia sido dito.

A entrevistada relata que percebeu o envolvimento de sua instituição com o Igarapé quando foram realizadas reuniões de planejamento em conjunto. Primeiro, apresentaram como o programa foi desenvolvido em outras regiões, os objetivos do projeto, as análises que seriam possíveis após a aplicação do questionário e como os dados poderiam ser trabalhados. Além disso, relata que o Igarapé foi bastante transparente, aberto e receptivo às ideias do Bola Pra Frente. Trocaram experiências sobre a forma como abordar crianças e adolescentes e ouviram sugestões de perguntas que poderiam entrar no questionário (SARMENTO 2016, informação verbal). Então, é dizer que Sarmiento entende que a transparência tenha cumprido o seu papel nesse caso. Disseminou informações, gerou trocas e compreendeu como seria a performance de cada uma das partes, abrindo espaços também para intercâmbio de experiências e boas práticas.

¹⁵ Pseudônimo utilizado no lugar do nome real por escolha da entrevistada.

O Índice de Segurança da Criança (ISC), assim como os dois projetos anteriores, a PCU e o Jovens Construtores, se preocupou em atuar em comunidades através de parcerias locais. Algo relevante, já que os próprios locais são os que estão mais próximos daquelas realidades, não as OIs e nem as ONGs internacionais. A partir das experiências relatadas nesses estudos de casos descritos, entende-se, portanto, de forma mais concreta as necessidades do público envolvido. Com isso, adaptações de acordo com cada necessidade foram viáveis, o que faz com que o projeto tenha maior relação com aquela localidade. Nesse caso, o Instituto Bola Pra Frente, ONG local envolvida no Rio de Janeiro, enumerou diversas formas com as quais o Igarapé buscou envolvê-los. Entre elas, relatam que puderam trocar experiências sobre a forma de abordagem que utilizaram com as crianças e adolescentes e que também tiveram a oportunidade de sugerir em questões para o Índice.

Nesta fase, a pesquisa foi realizada entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, alcançando 326 crianças e adolescentes, todas participantes do Bola Pra Frente. Foram entrevistas crianças entre 8 e 17 anos, assim como os pais dos menores de 8 anos que frequentam o Instituto e outras pessoas com mais de 18 anos, entre eles, familiares e amigos. E exatamente pelo fato de terem mantido a proteção e confidencialidade das crianças e adolescentes, não tivemos a oportunidade de realizar um grupo focal com os participantes.

A partir desses resultados, a ideia é dar um retorno ao programa, no sentido de focarem em ações que acreditem serem mais necessárias para as suas crianças e para que utilizem os resultados como ferramenta de trabalho. O Igarapé ainda pretende capacitar os funcionários do Bola para a percepção de possíveis casos de abusos e violências, para que estejam mais preparados para encaminhamentos necessários. Outra ideia em questão é a futura reforma do Bola pra Frente. A instituição está prestes a iniciar uma grande obra de reestruturação física. Para tal, pretende utilizar os resultados das pesquisas para adaptar as novas salas de aula e locais de atividades, para que esses se adéquem melhor às necessidades das crianças e adolescentes. Por fim, o próprio Bola entende que pode ser interessante apresentar os dados tanto para as escolas do entorno como para a subprefeitura da região, sendo também relevante trazer o tema para a agenda de políticas públicas locais quando houver oportunidade (GIANINNI, 2016, informação verbal; SARMENTO, 2016, informação verbal).

Podemos ressaltar novamente a importância da realização de um questionário que busca, primeiramente, a percepção local para posterior desenho de ações. Não apenas isso, como também pretende se apropriar do hibridismo. Ao trazer uma ideia pensada pelo Instituto Igarapé, adaptada e aplicada pelo Bola Pra Frente, e posterior planejamento conjunto de ações, as duas organizações poderão trocar ideias, percepções, boas práticas e lições aprendidas ao longo dos anos de experiência que possuem. Além disso, almejam ainda utilizar as respostas que obtiveram nos questionários para conseguirem respostas não tanto pontuais. Ao contrário, intentam conseguir ações mais amplas através do desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração as especificidades daquela região, embasadas na percepção das próprias crianças e adolescentes que ali residem.

Ao mesmo tempo, essas experiências iniciais podem também ser entendidas como parte de um projeto piloto que pretende avaliar a capacidade do uso do aplicativo desenvolvido pelo Instituto Igarapé. Essas experimentações podem ajudar na percepção sobre a funcionalidade do aplicativo, se ele consegue realmente oferecer um panorama geral sobre a segurança por meio da percepção infantil (GIANINNI, 2016, informação verbal).

No momento atual, após a aplicação da parceria com o Bola Pra Frente, o Igarapé se encontra em uma nova empreitada com a Visão Mundial. São 12 cidades onde está sendo aplicado: Canapi-AL, Catolé do Rocha-PB, Dix-sept Rosado-RN, Fortaleza-CE, Inhapi-AL, Itinga-MG, Maceió-AL, Manacapuru-AM, Mossoró-RN, Nova Iguaçu-RJ, Recife-PE e Salvador-BA. E enquanto o Igarapé disponibiliza a tecnologia, a Visão Mundial utiliza sua equipe nos diferentes locais para a aplicação do questionário (HANNA, 2016, informação verbal).

Com esses exemplos, é possível dizer que o Instituto Igarapé procurou a visão da ponta nesse projeto, algo que Gianinni (2016), responsável pela pesquisa do projeto dentro da instituição, percebe como uma mudança. Normalmente, o Instituto Igarapé, nas palavras Gianinni (2016), atua na elite. Não a elite rica, mas os atores, os *stakeholders*, os que podem trazer ações. É uma organização que pretende trazer um diálogo construtivo com diversos atores internacionais e nacionais na busca por mudança. Sendo assim, por tentar agir também na base e por realizar esse esforço para trazer a percepção deles, o ISC acarreta essa modificação. A partir do que foi coletado com os que normalmente

são excluídos, pretendem trazer demandas para a elite, ou seja, para os que podem realizar mudanças e os responsáveis por políticas públicas. O projeto, portanto, traria o Igarapé mais como um facilitador que busca captar anseios, percepções e desejos, servindo depois como uma ponte na tentativa de conexão (GIANINNI, 2016, informação verbal).

E por entender que as crianças e os adolescentes são as maiores vítimas de violência em nosso país, pretendem incentivar a participação deles para obter informações que nem sempre são muito disseminadas, como a violência em ambientes privados. E a partir dos resultados encontrados, podem levar diversos pontos de debate com quem define as políticas (GIANINNI, 2016, informação verbal).

No entanto, segundo a coordenadora do projeto, Natalie Hanna (2016), ainda não é possível generalizar os dados. Como no Rio de Janeiro o questionário foi realizado no âmbito de um projeto já existente, por exemplo, ele não pode ser comparado com o restante da cidade ou até mesmo do país, já que se refere a uma população específica, que se encontrava em um dado ambiente antes mesmo do questionário (HANNA, 2016, informação verbal).

Essa participação, segundo a pesquisadora do projeto, é de enorme relevância, até por trazer para o centro um público que sofre violência e que, normalmente, não é observado com tanta seriedade, não sendo escutado no momento de formulação das políticas públicas, já que são crianças/adolescentes. Outro ponto, de acordo com a coordenadora, é que normalmente não há dados sobre esse extrato da sociedade, crianças e adolescentes moradoras de favelas. Então, de acordo com sua opinião, isso acaba sendo o maior diferencial do Índice de Segurança da Criança (GIANINNI, 2016, informação verbal; HANNA, 2016, informação verbal).

Além disso, no caso do Rio de Janeiro e no âmbito do Instituto Bola Pra Frente, o projeto buscou não só o envolvimento das crianças, como também o das comunidades vizinhas. Para isso, os responsáveis pelas crianças que frequentam o projeto foram entrevistados e a pesquisa foi conduzida junto com um outro projeto, o Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço, uma análise social sociodemográfica mais completa, que conta com cerca de 300 perguntas sobre o entorno e que está sendo aplicada em oito comunidades vizinhas à instituição. Portanto, a tentativa desse envolvimento será importante para a

publicização dos dados gerais sobre a população local (SARMENTO 2016, informação verbal).

Isso, apesar de bastante essencial, pode ser complexo. Para que a população participe de forma satisfatória, a mesma precisa entender quais os retornos que essa participação trará. E como a própria responsável do Instituto ressalta, “se não entendem que o projeto tem o seu valor, eles não se preocupam com o resultado” (SARMENTO, 2016, informação verbal). Mas mesmo que isso venha a se demonstrar como um desafio, não pode deixar de ser levado adiante. Afinal de contas, é essa população que vive ali e são elas que, melhor do que ninguém, sabem das necessidades locais.

De acordo com Sarmento, representante do Bola Pra Frente, para se ter efetividade na participação, é preciso primeiro que a população entenda do que se trata, para em seguida apoiar o projeto. Portanto, para que um projeto seja participativo, ele necessariamente deve envolver a comunidade, não apenas demonstrando resultados prontos. Por isso que, nas palavras da representante,

“Se as pessoas não sentem que o projeto tem o seu valor, elas não se preocupam com o resultado, respondendo ao questionário de qualquer forma. (...) Envolver a comunidade é primordial para que ela possa te ajudar a desenvolver o trabalho e para que a gente consiga efetividade” (SARMENTO 2016, informação verbal).

Podemos aqui apontar novamente para a importância do *ownership*. Realizar ações pensadas, desenvolvidas e dirigidas pela própria comunidade parece bastante relevante para que o “local” tenha arraigada a ideia do projeto. Esses sujeitos deve entender que o questionário tem por objetivo trazer soluções para eles próprios, não sendo algo imposto e sem relevância para a comunidade. Assim, poderão perceber a importância de sua participação. Entretanto, um ponto importante é dar uma devolutiva na forma de ações concretas para a população. Trazer apenas os resultados encontrados na pesquisa pode não ser suficiente para que a população sinta que a sua participação tenha sido relevante. Isso, pode, futuramente, implicar na recusa por novas participações. Muitos desses moradores compreendem que promessas são feitas, mas que na prática eles dificilmente veem retorno.

Mesmo que adaptações tenham sido realizadas para se adequarem às diferentes realidades e parceiros, estas foram concretizadas, em grande parte, por

sugestões dos aplicadores do questionário, de acordo com as percepções que tiveram durante o emprego do índice. Não se baseando, então, diretamente nas recomendações das crianças e/ou da comunidade. (HANNA, 2016, informação verbal). Então, aqui nos defrontamos com um ponto que poderia ser aperfeiçoado em novas experiências. Se o questionário pretende captar a percepção local para que ações sejam pensadas para esses moradores, por que não convidar, ao menos, uma amostra desses atores para pensarem no próprio questionário? Isso porque as perguntas realizadas podem estar abarcando questionamentos que não façam tanto sentido para os moradores e/ou deixando de fora pontos que sejam essenciais para aquela localidade.

Portanto, apesar de ser bastante positiva e agregadora a ideia de primeiro entender a percepção das crianças e adolescentes para depois fazer adaptações nos projetos direcionados a elas, o instrumento já chegou pronto, sofrendo modificações apenas de acordo com as ideias dos funcionários do Igarapé, especialistas no assunto, profissionais do Bola Pra Frente e recenseadores do Índice. Portanto, como proposta sugerimos que a análise do questionário com as crianças e adolescentes sirva de base para possíveis alterações que levem em consideração a opinião deles, visto que, no final das contas, são o alvo do projeto.

Como a própria Spivak (2010) já havia defendido, não é interessante que essas populações – muitas vezes encaradas como subalternas, em suas palavras – tenham alguém falando por eles, mas que estes mesmos se articulem e consigam ser ouvidos, já que nem todos são iguais e não fazem parte de grupos estanques. Ao contrário, são bastante heterogêneos (p.30-33). É dizer, em nosso caso, que seria de enorme relevância ter a própria população participando também da elaboração do questionário. Apontando para as questões prioritárias e mais sensíveis para as suas localidades, já que isso pode mudar bastante de uma comunidade para a outra.

Outra questão é que a abertura para escuta de crianças e adolescentes pode também se deparar com alguns entraves. Entre eles, a própria idade dos participantes e as questões de ética que envolvem a resposta deles em questionários. Isso, nas palavras da pesquisadora Gianinni, é importante, mas deixa o processo mais demorado. Também há o fato da possibilidade de maior lentidão pela quantidade de atores que precisam ser envolvidos. Segundo Sarmiento, é preciso abranger todas as lideranças, ainda que isso demore mais. E,

ainda, de acordo com esta última interlocutora, mesmo que produza opiniões diversas, é interessante e agregador (GIANINNI, 2016, informação verbal; SARMENTO, 2016, informação verbal).

Aqui, vemos um dos problemas da transparência e da *accountability*. A troca de informações entre os diferentes setores e atores envolvidos é indispensável, no entanto, nem sempre é fácil. Quanto mais opiniões são apresentadas, mais discussões, demandas, críticas e objeções estarão presentes. Isso torna o processo mais demorado. No entanto, não menos relevante e provavelmente mais legitimado por todos os envolvidos, já que somente assim, todos estarão a par das ações pretendidas. E não apenas isso, como também terão participado do processo e entenderão o sentido do que foi planejado.

No momento da formulação das questões, uma outra preocupação foi a possível retraumatização das crianças. Para que isso não ocorresse, precisaram consultar diversos especialistas na tentativa de evitar consequências negativas com o questionário. E por abordar uma questão delicada, o questionário, nas palavras de Sarmiento, é bastante sutil, como deveria ser, para assim envolver as pessoas. No entanto, isso faz com que as respostas não sejam necessariamente exatas, dando um panorama geral, sem minúcias. (GIANINNI, 2016, informação verbal; SARGEMNTO, 2016, informação verbal).

Hanna (2016) também levanta o fato de que muitas das cidades envolvidas na atual fase de aplicação ficam em áreas pobres, de difícil acesso, distantes umas das outras e, muitas vezes, longe também dos grandes centros. Isso dificulta o uso de internet, da tecnologia do GPS¹⁶ para a localização dos questionários respondidos, do recebimento dos dados e também a própria logística para realização da pesquisa. Outro ponto levantado foi relativo ao treinamento para aplicação dos questionários nessa fase com a Visão Mundial. Segundo Hanna (2016), este também foi mais complicado por ter sido realizado, na maior parte das vezes, a distância, o que causa alguns desentendimentos e erros no campo (HANNA, 2016, informação verbal).

Sendo assim, Hanna (2016) reconhece que ter parceiros nesses locais, apesar de nem sempre ser fácil, é de grande importância. Reconhecem que não é possível chegar em uma comunidade sem um contato e agendamento prévios, ou

¹⁶ Global Positioning System, um sistema de posicionamento por satélite, que envia informações sobre posições.

sem uma colaboração local para fazer essa ponte. Por conta disso, reconhece que as diversas parcerias, como foi com o Instituto Bola pra Frente, o Shine-a-Light, a escola CEU Parque Anheguera e a Visão Mundial, facilitam a intermediação para o desenvolvimento do projeto. E ainda, que envolver as próprias populações é essencial já que, se pensam em fazer pressão para realização de políticas públicas para essa população, como não envolvê-la? Afirmam que ter parceiros como membros da academia e especialistas sobre o tema que se está trabalhando é importante, mas que apenas isso pode ser insuficiente. São indivíduos que estão observando as questões com uma visão de fora, vendo apenas dados, mas que não vivenciam os problemas diretamente, e isso que é o grande diferencial, já que é essa vivência que fortifica o dado. (HANNA, 2016, informação verbal)

Em outras palavras, é dizer que não vale a pena atuar apenas de forma *top-down* nesse tipo de projeto que se busque alguma forma de desenvolvimento local. Os processos *bottom-up* e emancipatórios, que procurem a agência local, possivelmente serão mais adequados àquela localidade (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.3). Não são universalizantes e se preocupam com as especificidades de cada comunidade onde atuam. E ainda, como já bastante defendido, possibilitam que a comunidade participe e entenda o projeto como dela, se utilizando do *ownership* e possibilitando a sustentabilidade por mais longo prazo.

E mesmo tendo essas parcerias, ainda foram relatadas dificuldades para aplicação dos questionários. No caso do Bola Pra Frente, por exemplo, Sarmento relata que são muitas casas no entorno da instituição. E para alcançar todas é uma tarefa árdua, sendo necessária paciência e perseverança na tentativa de envolvimento da comunidade e para que os moradores aceitem participar. Em suas palavras:

“(...) a gente ouve muito não, mas tem que continuar, conquistar na simpatia, explicar como é o trabalho. Então, eu acho que a chave é ser perseverante, pra conseguir a participação (...) e conseguir que as pessoas entendam realmente qual é o verdadeiro significado do trabalho”(SARMENTO, 2016, informação verbal).

Mas como Sarmento (2016) reconhece, a participação da comunidade é essencial. Então, mesmo que não seja algo fácil de ser alcançado, e impensável

sem a mesma. Afinal de contas, são essas pessoas que moram no entorno e são eles que, melhor do que ninguém, entendem dos seus próprios problemas. Por isso que, para que qualquer ação seja idealizada para um dado território, a participação local deve ser central como base para o planejamento do plano de ação (informação verbal).

Por fim, uma outra questão a ser levada em consideração é o *gap* de tempo entre a informação coletada e as ações planejadas. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a pesquisa foi realizada entre novembro de 2014 e fevereiro 2015, mas passados mais um ano, nenhuma ação concreta ainda foi realizada tendo esses dados como base para o planejamento. Isso pode criar um vácuo visto que as crianças que frequentam o Bola Pra Frente podem mudar de um ano para o outro, bem como as suas percepções e amadurecimento com relação às questões de violência. Inclusive, as comunidades são locais bastante dinâmicos, então o quadro característico pode variar de um ano para o outro.

Sendo assim, podemos finalizar dizendo que a iniciativa é interessante, já que busca primeiramente trazer a percepção de um extrato da sociedade que, muitas vezes, não é levada em consideração e somente, posteriormente, planejar ações. É algo inovador, já que trata de percepção ao invés de dados quantitativos ou qualitativos, e que pretende utilizar a participação como ponto central para a execução do projeto, algo indispensável para uma ação que se pretende social. No entanto, sob nosso ponto de vista, ainda necessita ajustes. Entre eles, envolver a população local também no planejamento do questionário, bem como propor e executar ações concretas no Rio de Janeiro, algo não realizado até o momento – mesmo com mais de um ano após a aplicação do questionário.